

SESSÕES DO PLENÁRIO

15ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de março de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADA FABIÓLA MANSUR (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(61)

A Srª PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Srª PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Antes da leitura do expediente, gostaria de ler o requerimento encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

(Lê) “*Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 22.059/2016, de autoria do Poder Executivo. Sala das Sessões, 14 de março de 2017.*”

A Srª PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Leitura do expediente

OFÍCIO

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 20, 21 e 22/02/2017.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr^a. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Quantas assinaturas foram apostas e de quem são as assinaturas?

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Mais de 21 assinaturas. Deputado Targino, quero mostrar-lhe daqui, não consigo identificar todas, mas consigo algumas. Já vejo dos deputados Zé Neto, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Ângela Sousa, esta deputado que vos fala. Tem muitas rubricas...

O Sr. Targino Machado:- Para que V.Ex^a e os presidentes das sessões futuras não fiquem submetidos a esse constrangimento, até porque V.Ex^a não tem o dever de reconhecer assinatura de deputados, eu gostaria que de agora em diante houvesse uma lista anexa, fazendo parte...

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- V.Ex^a será atendido. Acho isso muito pertinente. Inclusive, até em assinaturas de projetos subscritos por deputados, não sabemos reconhecer. Deferida sua questão de ordem, nobre deputado Targino Machado.

Quero esclarecer que hoje presido com muita honra esta sessão, suplente que sou da Mesa Diretora, para não restar nenhuma dúvida a respeito da legitimidade de estarmos aqui.

Submeto ao plenário, para deliberação, as atas das seguintes sessões ordinárias da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia: 10^a, 11^a, 12^a, 13^a, 14^a realizadas respectivamente em 06, 07, 08, 09, 13 de março de 2017.

Em votação as atas que acabam de ser lidas. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovadas por unanimidade.

Encerramos a leitura do expediente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Pequeno Expediente.**(Oradores Inscritos)**

Gostaria de convidar a deputada Maria del Carmen para presidir os trabalhos.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra a primeira oradora inscrita no Pequeno Expediente, deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Obrigada, nobre deputada Maria del Carmen, que ora preside os trabalhos.

O que me traz aqui hoje é para dizer que estive presente na “Feira Março Mulher”, organizada pelas voluntárias sociais na Praça Irmã Dulce. É uma satisfação ver a quantidade de mulheres que ali se apresentaram para realizar um sem-número de exames nas áreas de ginecologia, oftalmologia, odontologia em serviços de saúde, como uma série de exames especializados. E não só isso. Ter a participação da Setre, da Sepromi, ações de bem-estar e cidadania.

Fomos surpreendidos, deputado Joseildo Ramos, pela quantidade de mulheres que estavam na fila buscando aqueles serviços que considero de atenção básica da saúde, que deveriam ser prestados pelo município de Salvador, e que foi uma surpresa positiva, porque, na verdade, esperávamos 3 mil mulheres e, lá, compareceram 10 mil, deputada Mirela, em sua grande maioria, precisando de um simples preventivo. Mas gostaria de dizer que, após um rearranjo, foi garantido o atendimento a todas as mulheres e, por consequência, a feira foi estendida até amanhã, quarta-feira.

Isso demonstra que nós não estamos, no município de Salvador, conseguindo atender as mulheres na área da saúde básica nos postos de saúde.

Então quero parabenizar as Voluntárias Sociais, pois, junto à Secretaria da Saúde, puderam atender quase 10 mil mulheres nessas áreas. Foram quase 10 mil solicitações dentre preventivos, consultas de ginecologia, exames de oftalmologia, odontologia, ultrassom, angiologia, cirurgia geral, clínica médica. Muitas dessas mulheres serão encaminhadas para o Hospital da Mulher.

Quero, também aqui, deixar registrada a nossa satisfação – enquanto Líder do PSB na Casa, pois o PSB integra um bloco junto aos PP e PTN – por termos sido recebidos, deputado Alex da Piatã, pelo governador Rui Costa para tratar de matérias como as emendas oriundas de deputados, matérias do governo a serem votadas nesta Casa. Isso demonstra o compromisso que o governador tem de ouvir os líderes. Fiquei muito satisfeita com essa primeira reunião e espero ter sido essa a primeira de muitas futuras.

Por falar acerca das emendas impositivas, amanhã já teremos a entrega de algumas ambulâncias que comporão emendas daqueles deputados que, assim como eu, indicaram ambulâncias para uma série de municípios dentre eles: Ubaitaba, Mundo Novo, João Dourado, Gandu, Venceslau.

Claro, infelizmente, para quem é da área de saúde, essa entrega não é de todo satisfatória, pois nem todos os municípios poderão ser atendidos em função de problemas que estamos tendo na montagem dessas ambulâncias e de empresas que possam se qualificar para essa licitação. Mas quero dizer da nossa felicidade por estarmos podendo entregar algumas ambulâncias, amanhã, a municípios.

Também, para finalizar, hoje é o nosso dia da poesia, pois hoje se comemora os aniversários de Castro Alves e de Gláuber Rocha. Deputado Bira Corôa, esta Casa encaminhará um projeto de lei para estabelecer 14 de março como o Dia Estadual da Poesia. Este ato se dará através de uma independência à lei nacional que colocou, de

forma equivocada, em meu entendimento, como baiana, o dia 31 de outubro como o Dia Nacional da Poesia no Brasil para homenagear o não menos importante poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade. Ocorre que já havia um pleito para 14 de março ser o dia da poesia. Logicamente, os 170 anos de comemoração do nascimento do nosso poeta Castro Alves não pode estar aquém dessa homenagem.

Naquela reunião, aprovamos a ida ao governador, a fim de tentar trazer para a votação o Plano Estadual de Cultura da Bahia com a publicação de coletâneas de antigos e novos poetas baianos para estimular a leitura e promover encontros sobre literatura e livros. Tenho certeza de que a Comissão de Cultura estará presente promovendo a leitura e a poesia no Estado da Bahia, poesia essa que é libertadora, revolucionária e, ao mesmo tempo, romântica.

Quero saudar *Negritude em Nós*, poetas dos vários cantos desta Bahia que, hoje, nos prestigiaram com as suas presenças e nos inspiraram, melhor, inspiraram a Comissão de Cultura a prosseguir defendendo a cultura, defendendo a verba de 1% no Orçamento estadual, defendendo, também, a poesia que é alimento da alma.

Obrigada pela vossa tolerância, nobre deputada Maria del Carmen.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr^a Presidente e nobre deputada Maria del Carmen, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, servidores e servidoras desta Casa, faço uso, neste exato momento, em primeiro lugar, para destacar que, ainda, estamos atravessando o mês de março dedicado às mulheres. Aproveito a oportunidade para fazer uma saudação especial a todas as servidoras desta Casa como estendo, também, a mesma saudação a todas as deputadas desta Casa. Bem, o dia 8 de março é o Dia Internacional da Mulher, mas este dia, também, marca um processo de transformação e de construção de uma sociedade com um olhar diferenciado rumo à consolidação de uma sociedade mais justa, mais igualitária.

Mas, Sr^a Presidenta, também, faço uso da palavra, neste exato momento, em segundo lugar, para agradecer, ao governador Rui Costa, a sua décima sétima ida ao município de Camaçari, melhor, ao nosso município. Esta foi a visita mais recente. E, como de costume, em todas as suas idas ao nosso município, ele entrega benefícios e obras para a comunidade de Camaçari.

Sr^a Presidente, é interessante destacar que, ontem, 13 de março, Camaçari foi privilegiada com a entrega das novas instalações do Corpo de Bombeiros, uma unidade que está entre as três mais bem equipadas do Estado da Bahia. E é bom também destacar que essa era uma reivindicação antiga do município de Camaçari.

Participei, durante 10 anos, do Conselho Comunitário Consultivo do Polo Petroquímico, coordenado pelo Cofic. E a prioridade número um do Cofic era a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros para salvaguardar o complexo químico e petroquímico de Camaçari, o crescimento e a ocupação populacional de

Camaçari assim como também toda a sua orla e a sua região, porque o batalhão atenderá, sem dúvida, à região Metropolitana de Salvador.

Ontem, o governador inaugurou as novas instalações e entregou 23 novas viaturas para os Corpos de Bombeiros da região. Porém, das 23 novas viaturas, 8 delas ficarão no complexo inaugurado em Camaçari, incluindo um caminhão, extremamente, moderno, equipado e preparado para fazer o combate contra incêndio químico. Sem dúvida nenhuma, esse foi um grande evento.

E maior ainda foi a assinatura da ordem de serviço da primeira etapa da duplicação da Via Cascalheira. Esta é outra obra importante e estruturante para Camaçari, pois interliga a sede do município à orla e permitirá o livre acesso com segurança, com maior estabilidade e, acima de tudo, criando um vetor de desenvolvimento para o município interligando o centro da cidade à orla numa extensão de 17 quilômetros.

O governador visitou as obras da duplicação da Via Cetrel. Esta foi outra ação, extremamente, importante para o desenvolvimento industrial de Camaçari.

Aproveitei, também, para agradecer, ao governador, as outras ações que estão acontecendo em nosso município. Por exemplo, há o esgotamento sanitário, quando já foi inaugurada a sua primeira etapa, e, nos próximos dois meses, o governador retornará a Camaçari para inaugurar a segunda etapa do esgotamento sanitário que possibilita o atendimento da cobertura de 80% da sede em esgotamento sanitário com o tratamento sendo, diretamente, feito pela Cetrel. Então, sem dúvida nenhuma, essas são obras estratégicas.

Assim como na orla, haverá benefícios na região rural do município de Camaçari, pois a Casa do Mel está prestes a ser inaugurada. Há a entrega de equipamentos como tratores para agricultores e barcos para a comunidade pesqueira de Camaçari.

E, por fim, há mais uma ação, também, de nosso mandato. Até o próximo mês, estarão sendo concluídas as obras e estarão sendo entregues, à população de Camaçari, o Departamento de Polícia Técnica (DPT), incluindo um Instituto Médico Legal (IML). Esses órgãos atenderão aos municípios de Camaçari, Dias D'Ávila, Mata de São João, São Sebastião do Passé e Candeias. Isso diminuirá, assim, o fluxo hoje, é descarregado no IML de Salvador, e, com certeza, a ação do Departamento de Polícia Técnica da Região Metropolitana, que está sendo instalado em Camaçari.

Eu não poderia deixar de agradecer ao governador Rui Costa, agradecer ao Governo do Estado, ao secretário da Segurança Pública e, em especial, agradecer a todos e todas, e dizer que Camaçari está em festa por essas ações.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Quero parabenizar o deputado Bira Corôa. V.Ex^a e a deputada Luiza Maia têm realizado uma luta para a obtenção de recursos para o Município de Camaçari.

Queremos informar a visita dos estudantes da Escola Rumo ao Futuro, do bairro de Itapuã. Quero agradecer a estas crianças que aqui estão hoje, vendo e participando da reunião ordinária desta Casa Legislativa.

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr^a Presidente, todos que nos ouvem e nos assistem pela *TV Assembleia*, venho a esta tribuna, mais uma vez, para ressaltar a quantas anda a situação de apodrecimento do poder central deste País, envolvendo a figura do Sr. Eliseu Padilha, que ficou 13 dias convalescendo após uma cirurgia. Espero que sua saúde se restabeleça, de verdade. E ele volta com um silêncio, Sr^a Presidente, parecendo com aquela situação da avestruz, que mete a cabeça no chão e deixa o resto do corpo à vista.

José Yunes é carne e unha com o presidente e disse que serviu de “mula”. Vejam que “mula” é termo utilizado no tráfico de drogas. Mas como o presidente disse que se acostumou a lidar com bandidos, está em casa.

Observem que o silêncio de Padilha beira ao consentimento.

E aqueles R\$ 10 milhões, e aquele pacote de dinheiro, R\$ 6 milhões, dos R\$ 10 milhões? Não é possível que não se saiba que o que vai dentro de um pacote é dinheiro, pelo formato do dinheiro!

Ora, seria muito mais prático que Yunes fosse “mula” de Temer, de quem é amigo e de quem é consorte nas atividades em São Paulo, e não no Rio Grande do Sul. Não tenho dúvida disso. Mas Temer não pode se livrar de Padilha, pois o mesmo sabe muito, muitos segredos.

Ele foi o fiador da venda da previdência pública, que se pretende universal neste País. Ele a vendeu para a sanha dos bancos, para a previdência privada, foi o fiador, para acabar com a previdência pública oficial para que o mercado da previdência complementar fique à vontade.

Ele também é o fiador da desregulamentação das leis do trabalho, da terceirização das atividades fins, da entrega daquilo que um dia se sonhou ser o estado de bem-estar social neste País, e agora é o estado neoliberal.

Em minha opinião, é o estado de exceção no momento em que o Ministério Público e a Justiça se acumpliciam a tudo isso e não tomam providências, porque não foi um delator que disse que Eliseu Padilha está podre, não. Foi o José Yunes. E antes de dizer isso pediu o boné e foi para casa. Mas não se pode gritar: “Vá para casa, Padilha!” ou “Vai para casa, Padilha!” Nesse caso não é possível dizer isso! Não é possível dizer isso, porque Padilha é a única madeira que vai ficar sobrenadando o lodaçal, o lamaçal, e Temer, junto a ela, vai ser o único a se agarrar àquele tronco e vai navegar à deriva. Provavelmente, mesmo que a Justiça não queira, serão tragados pela providência da Justiça, porque está claro, ali, aqueles 10 milhões, e não sou eu quem está dizendo, serviram para comprar mais de 100 deputados do Centrão que ajudaram a eleger Eduardo Cunha.

Essa é a triste realidade. E é por isso que Temer não se estabelece na economia, não se estabelece na política, e, infelizmente, até 2018, será uma longa travessia, em vez de uma ponte, só temos uma pinguela.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo de até 5 minutos.

Na ausência, com a palavra a deputada Mirela Macedo pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MIRELA MACEDO:- Boa tarde, Sr^a Presidente em exercício, deputada Maria del Carmen, boa tarde a todas deputadas e deputados, saudação especial também aos alunos da Escola Rumo ao Futuro, alunos e alunas aqui presentes, faço uso da palavra hoje para parabenizar duas cidades do Recôncavo baiano: Cachoeira, que ontem completou 180 anos de emancipação. Quero parabenizar todos os munícipes de Cachoeira. E a cidade de Governador Mangabeira, na data de hoje completa 55 anos de emancipação. E aqui venho parabenizar em nome de todos os cidadãos de Governador Mangabeira, em nome da ex-prefeita Domingas.

Falando de cidades do Recôncavo, quero parabenizar também o nosso governador Rui Costa pela reabertura da Santa Casa, em Cruz das Almas. O evento aconteceu em Cruz das Almas no último sábado. E pela entrega de algumas viaturas para as cidades daquela região do Recôncavo.

Quero falar também que março é um mês simbólico para a mulher. Quero parabenizar a major Denise, que foi fruto de uma reportagem no Fantástico, no último domingo, coordenando a Ronda Maria da Penha, no município de Salvador.

Dizer que já estou mobilizando, em Lauro de Freitas, para que possamos levar, deputada Fabíola, a Ronda Maria da Penha. Lauro de Freitas pontua entre as 10 cidades mais violentas com relação à violência contra a mulher e, infelizmente, ainda não temos o serviço da Ronda Maria da Penha.

Eu já sentei com os comandantes da 52^a e da 81^a Companhia de Lauro de Freitas, e as duas companhias já se mostraram parceiras em liberar efetivo para que a Ronda seja efetivada no nosso município. Afinal de contas, as nossas mulheres, não somente lauro-freitenses, mas as baianas como um todo, vêm sofrendo muito em relação à violência doméstica. Sabemos que a Ronda Maria da Penha auxilia, ajuda muito e inibe o agressor a continuar com as agressões contra as mulheres, muitas vezes levando-as à morte.

Então, a gente vem aqui lutar com o nosso mandato, junto ao governador Rui Costa, junto ao secretário de Segurança Pública, junto à Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado, em relação às medidas protetivas a favor da mulher.

Lauro de Freitas é um dos poucos municípios que tem uma Secretaria de Políticas para as Mulheres. Lá, também temos um Centro de Referência onde as

mulheres são acolhidas. E vemos, a cada dia, a necessidade da implantação dessas políticas protetivas para a mulher.

Esse é o meu pronunciamento de hoje, agradeço a todos, muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, alunos presentes nas Galerias, Srs. Funcionários, senhoras e senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, venho a esta tribuna, hoje, para tratar de um assunto relacionado à vida, porque sem isto que vou tratar não pode existir vida. São 5 os sentidos que interagem entre si em diversas situações ou, praticamente, em todas. Eles, os 5 sentidos, são responsáveis pela nossa capacidade de interpretar o meio ambiente, ou seja, captar estímulos ao nosso redor.

Os sentidos principais são: visão, olfato, paladar, audição e tato. Essa nossa capacidade de reconhecer no meio ambiente esses estímulos todos é feita pelos receptores sensoriais, que captam os estímulos do meio ambiente e os transformam em impulsos nervosos. Esses estímulos, transformados no nível do nosso cérebro em vários departamentos e compartimentos do nosso cérebro, são lá transformados em impulsos nervosos, são interpretados em centros específicos, no nosso cérebro ou no nosso sistema nervoso, para ser mais amplo, que produzirá respostas adequadas àquele estímulo presente no meio ambiente.

Os 5 sentidos são: audição, que é um sentido relacionado com captação dos sons do meio ambiente; o tato, presente na nossa pele, responsável por permitir a percepção de textura, formato, dor, temperatura, pressão etc; a visão capaz e responsável por captar a luz e, através dela, formar imagens – estou enxergando este copo com água cristalina (exibe um copo); o olfato, sentido relacionado por captar as partículas químicas que exalam, presentes no meio – estou vendo que esta água é inodora, não tem cheiro; o paladar, o quinto sentido, é um sentido relacionado com a percepção de sabores dos alimentos, inclusive da água.

Digo isso para relatar, desta tribuna, a irresponsabilidade da Embasa, que distribuiu uma nota dizendo o seguinte: (Lê) *“Nos últimos dias, foram registradas alterações nas características da água distribuída no Sistema Integrado de Abastecimento da região do Sisal, mais especificamente na cor e no odor...”* E a nota da Embasa continua, Sr. Presidente: *“(...) A água fornecida pela Embasa nos Municípios de Riachão do Jacuípe, Ichu, Candéal, Nova Fátima, Valente, São Domingos, Gavião, Pintadas e Capela do Alto Alegre é proveniente das barragens de Pedras Altas e São José do Jacuípe.*

A empresa – Embasa – está realizando testes e análises físico-químicas e bacteriológicas em amostras coletadas ao longo do sistema de abastecimento para verificar os parâmetros especificados na Portaria do Ministério da Saúde.

A Embasa esclarece...”, termina a nota, “(...) que estão sendo envidados todos os esforços para solucionar o mais rápido possível a situação.”

Quero dizer que, graças a Deus, nós fomos premiados com cinco sentidos. Agora, o governo do Estado demonstra absoluta insensibilidade, através da Embasa, distribuindo água com mau cheiro e com alteração na coloração para os Municípios da região do sisal. Eu quero lançar um desafio...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

(...) Concluo, Sr. Presidente, lanço um desafio à simpática e amiga deputada Neusa Cadore, por favor, deputada, nos ajude porque o povo que trouxe a senhora para cá foi o povo de Queimadas, e aquele povo não merece estar como o de Capela do Alto Alegre, empurrando os porcos para o lado, o cachorro para o outro, para dividir com eles água mal cheirosa e escurecida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Bobô, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados. Presidente, eu gostaria, primeiro, de dizer que tive uma satisfação muito grande, ontem, em participar aqui, nesta Casa, de um debate extremamente importante sobre o enfrentamento da seca, da estiagem, que talvez seja hoje o maior problema da Bahia. Ontem essa Casa se propôs a um debate muito importante, sem bandeiras partidárias, buscando soluções para que a gente possa amenizar o sofrimento das pessoas que estão passando por esse grave problema.

Eu quero parabenizar, primeiro, o deputado Rosemberg Pinto, pela ideia de juntar, ou, pelo menos, de propor às três Comissões desta Casa, importantíssimas – a Comissão de Agricultura, com o deputado Eduardo Salles; a Comissão de Meio Ambiente, com o deputado Fábio Souto; e a Comissão de Infraestrutura, com o nosso querido líder, deputado Hildécio Meireles –, que nós, deputados, preocupados com essa situação, pudéssemos debater de forma clara e ouvir, dos governos municipais, do governo estadual e também do governo federal, quais as ações de emergência tomadas para fazer o enfrentamento a essa longa estiagem.

Também quero dizer que, há algum tempo, a gente já vem discutindo este tema, presidente, e, por conta disso, fiz uma indicação ao Sr. Governador do Estado da Bahia e quero deixar claro e externar para a sociedade esta indicação, que, eu acho, pode, de alguma maneira, ajudar e muito, sobretudo o território de Piemonte Norte-Itapicuru, que a gente está passando por uma situação gravíssima. A Barragem de Ponto Novo, sobretudo, está apenas com 24% da sua capacidade e, se não chover, em breve entraremos em colapso. São sete municípios da Bahia, atingindo cerca de 300 mil habitantes, que poderão sofrer as consequências mais graves ainda. É claro que já estamos passando por uma situação muito difícil, mas, se não houver chuva, deputado Hildécio, vamos entrar em colapso lá.

E eu fiz uma Indicação ao Sr. Governador e quero ler para os Srs. Deputados. “... no sentido de autorizar a Embasa a realizar estudos de viabilidade técnica e ampliação do abastecimento da Adutora Caraíba para a cidade de Senhor do Bonfim e a sede de Jaguarari” E digo isso porque existe essa adutora, ela recebe água do São Francisco e só opera com 30% da sua capacidade, que é apenas para a questão do minério. Atende apenas um ou dois municípios, podemos dizer assim, mais um na sua totalidade, que é o município de Uauá. E atende parcialmente o município de Juazeiro, alguns dos seus distritos e também um distrito que é o próprio Pilar, onde a fica a mina Caraíba e essa adutora, atendendo a população do Pilar. Portanto ela tem um potencial imenso para poder atender à sede de Jaguarari e também o município de Senhor do Bonfim.

Isso iria diminuir, em muito, os problemas com relação à Barragem, do Ponto Novo. Essa barragem atende sete municípios, sendo o principal, o maior deles o de Senhor do Bonfim. Portanto acredito que, com essa indicação e com a autorização do governador para que os estudos técnicos venham a acontecer, e aí eu me refiro a todos os deputados estaduais e federais, vamos buscar recursos na União, porque não é um investimento pequeno. Essa adutora fica a 100 quilômetros da cidade de Senhor do Bonfim, mas fica apenas a setenta do município-sede de Jaguarari e poderia descer por gravidade para Senhor do Bonfim, economizando muito os investimentos sobretudo no que se refere ao Canal do Sertão.

Estamos discutindo muito o Canal do Sertão, um investimento da ordem de cinco bilhões de reais. E acho que com a água dessa adutora, 200 milhões de reais poderiam, obviamente, amenizar os problemas enfrentados por esses dois grandes municípios.

Portanto fica aqui, mais uma vez, a minha preocupação, Sr. Presidente, com relação à seca, ao momento em que a Bahia vive, e também estou muito feliz por ver esta Casa debater de forma clara, independente e, acima de tudo, sem as questões político-partidárias em busca da solução para esse grave problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra a deputada Luíza Maia por 5 minutos

A Sr^a LUÍZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, eu quero aqui registrar que ontem recebemos o nosso governador que foi entregar 26 viaturas do Corpo de Bombeiros. O governador foi recebido com festa, aplaudido em todos os cantos por que passava, numa demonstração de que o povo de Camaçari reconhece o seu trabalho. E as críticas dos que não entendiam, deputada Mirela, de que só havia viatura, não tinha aquele carrão que leva água, com a fala do governador as coisas ficaram bastante claras. É um trabalho de prevenção de incêndios e de outras questões que são dos cuidados do Corpo de Bombeiros.

Foi uma festa bonita, participativa, e eu não entendi bem, mas faz parte do republicanismo, a presença da Oposição no evento, o prefeito todo atrapalhado lá, com um papel na mão e não sabia ler, não sabia o que dizer, mas foi uma festa bonita. A presença do governador em Camaçari entusiasmou o povo daquele município, principalmente, com uma obra esperada por tanto tempo, que é a revitalização, a ampliação, parte duplicada da Via Cascalheira, que liga a nossa sede a nossa orla.

E quero aqui também registrar, em nome das mulheres – até porque cobramos a construção da maternidade, que é uma promessa desde a época do nosso governador Wagner –, que agora está firmado o compromisso para que seja concluída no próximo ano, assim como a reforma do nosso hospital geral.

Foi um momento de muita alegria e de muita disposição do nosso governador, mostrando, realmente, todo o trabalho, todo o investimento que fará na nossa cidade.

Quero ainda, presidente, registrar que hoje é Dia Nacional da Poesia, data em que nasceu o nosso querido Castro Alves. Sabemos da sua importância na história da nossa literatura. Temos também uma amiga, uma assessora, que nasceu no dia 14 de março, a nossa querida Kadja Grimaldi. Aproveito para parabenizá-la e desejar-lhe muito sucesso e muitos anos de vida.

E não posso deixar de registrar aqui a minha alegria ao ver a major Denice sendo entrevistada no Fantástico – só vejo esse programa uma vez ou outra –, numa matéria bonita, mostrando a força da mulher em qualquer espaço que ela ocupa. A major Denice, que é um exemplo para as mulheres da Bahia, tem dado um show no comando da Ronda Maria da Penha.

E aproveito – até já tínhamos feito isso no café com o governador – para solicitar a ampliação desse projeto, que é piloto na Bahia, que tem dado tanto certo, tem ajudado a conscientizar e a educar os agressores. Queremos que a Ronda Maria da Penha seja ampliada.

Não sei se a deputada lembra quando contamos a história que ocorreu em Camaçari, quando o ex-prefeito cedeu essa Ronda, depois a tomou. As coisas em Camaçari mudaram, mas deixa lá que o povo vai aprendendo com o tempo.

Então, queria deixar esse registro de aplauso a nossa major e, ao mesmo tempo, fazer esse apelo ao nosso governador para que esse projeto, realmente, seja ampliado. Essa ampliação realmente é necessária

E também quero fazer um apelo aqui, especialmente aos apoiadores do prefeito de Salvador, tendo em vista que saiu ontem uma matéria no jornal A Tarde a respeito da integração do metrô com os ônibus. Queria pedir que ajudem a discutir e a implementar essa questão, porque V.Ex^{as} sabem que o governador tem toda a disposição de fazer logo essa integração, mas sabemos que os despeitos, as disputas políticas do prefeito de V.Ex^{as} tem criado algumas dificuldades para isso. E o prejuízo é para o povo, porque pagar uma passagem só no metrô...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) é muito mais vantagem e muito melhor para os moradores de Salvador. Então, queria que V.Ex^{as} dessem esse recado: digam a ele que

se desprenda dessa mesquinha, desse abuso, dessa bobagem e, realmente, faça essa implementação.

(Manifestação fora do microfone.)

A Srª LUIZA MAIA:- Qual é o problema, deputado?

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, quero aproveitar o restante do tempo de 1 minuto para aqui registrar – não poderia deixar de fazer isso – um dado assustador. Na verdade, nós aqui da Assembleia Legislativa deveríamos estar discutindo os problemas da Bahia; os problemas nacionais devemos discutir, sim, mas a prioridade são os problemas estaduais.

Pois bem, vejam bem que dado assustador eu recebi há pouco: entre os dias 6 e 13 de março deste ano, agora, portanto, foram 43 assassinatos em Salvador e na Região Metropolitana; 43 assassinatos em 7 dias.

Portanto, é uma guerra civil. É com isso e com a seca que atinge o nosso Estado que nós devemos nos preocupar aqui no Parlamento. Todos os deputados devem isso à Bahia.

É impossível se admitir viver numa cidade onde ocorrem 43 assassinados em 7 dias, sem falar de outros crimes violentos que estão a ocorrer. Isso, repito, somente na capital e na Região Metropolitana.

Srs. Deputados, Srªs Deputadas, independentemente da coloração partidária, independentemente da Bancada, precisamos parar para discutir esse tema. Precisamos chamar o Executivo para, junto conosco, tentarmos combater os problemas que a Bahia vive e que os baianos precisam ver solucionados.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Grande Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Alex Lima pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, imprensa presente, funcionários da Assembleia Legislativa, telespectadores que nos assistem pela *TV Assembleia*, na semana passada o mundo político da Bahia foi bombardeado com notícias sobre essa que é a maior obra de mobilidade da história de Salvador...

O Sr. Pablo Barrozo:- V. Exª me permite um aparte?

O Sr. Targino Machado:- Inscreva-me para um aparte, deputado.

O Sr. ALEX LIMA:- (...) o metrô desta cidade. Gostaria, Sr. Presidente, de falar sobre esse tema, por isso me inscrevi no Grande Expediente, até para conceder apartes aos colegas no momento certo e oportuno, assim que finalizar meu discurso, para que possamos, deputado Targino, dialogar sobre essa grande obra.

Gostaria de lembrar à população baiana que a cidade de São Paulo, por exemplo, desde a década de 70 já tem o sistema de metrô. Aqui no Nordeste, há muitos e muitos anos a cidade de Recife possui o sistema de metrô. E Salvador ficou por muitos e muitos anos sem esse sistema tão importante para a mobilidade da nossa capital, deputado Bobô.

É importante que se conte a verdadeira história dessa obra tão importante. É preciso dizer que muitos que a criticaram, pessoas que nada fizeram por ela, agora posam para fotos e tentam confundir a população baiana.

Essa obra foi pensada ainda no governo do então prefeito Antônio Imbassahy como plataforma para a sua reeleição no ano de 2000. Se voltarmos no tempo, deputada Fabíola, vamos lembrar dos graves problemas enfrentados pela prefeita da época, deputada Fátima Nunes, a primeira prefeita da história de Salvador, a nossa querida senadora Lídice da Mata, que teve, por 4 anos, a sua administração perseguida pelos governos estadual e federal, numa atitude mesquinha que prejudicou e muito a população de Salvador.

Mas, na sua reeleição, o então prefeito Antônio Imbassahy venceu aquela disputa prometendo à população soteropolitana o metrô de Salvador. E depois de muitas idas e vindas, deputado Bobô, esse metrô, que era e atendia uma extensão de 6 Km, e por isso, muitas vezes, foi chamado de calça curta, metrô que não leva nada a lugar algum e de que nunca ficaria pronto, foi objeto de denúncia no Tribunal de Contas da União.

Enfim, a população baiana já não acreditava mais que fosse possível viver o momento que nós estamos vivendo. E isso só foi possível por um esforço do governador, à época, o governador Jaques Wagner, pelo Secretário da Casa Civil, o hoje governador Rui Costa, e, sobretudo, pela parceria importante que por muitos anos o Estado da Bahia e todo o povo nordestino pôde contar, com a aliança incondicional, para essa região do Estado, especificamente para o Estado da Bahia, uma aliança nos governos Lula e Dilma.

E a partir daí, no momento em que a gestão do metrô passou para a responsabilidade do governo do Estado, as coisas mudaram. A dinâmica da obra foi uma outra dinâmica. Aqueles 6 Km iniciais, deputado Pedro Tavares, hoje já representam mais de 20 Km de metrô, uma obra que apesar de todas as dificuldades econômicas que o nosso país atravessa, só faz avançar a cada dia, deputada Fabíola. É impressionante, e o vice-governador João Leão, eu me lembro, que ainda no ano de 2015, ele fazia uma atualização nas suas redes sociais de como estava, deputada Fabíola, essa obra, e a cada semana, a cada quinzena a gente via a obra avançando, ganhando os contornos da nossa querida Cidade do Salvador, que há muito tempo esperava por equipamento tão importante.

E aí nós podemos, V.Ex^a que foi vereadora, deputada Fabíola, podemos falar das inúmeras obras que a parceria Rui/Dilma/Wagner e Lula trouxeram para a Cidade do Salvador e trouxeram para a nossa capital...

O Sr. Pablo Barrozo:- Por exemplo...

O Sr. ALEX LIMA:- Por exemplo, deputado Pablo Barrozo, a duplicação da Avenida Pinto de Aguiar, a Rótula do Abacaxi, a Via Expressa, o novo Complexo Dois de Julho, a duplicação da Avenida Orlando Gomes, o HGE II e tantas outras obras que nós temos que comemorar e agradecer a esses dois presidentes e a esses dois governadores que inauguraram, na Bahia, uma nova forma de se administrar.

Aquela época, deputada Fabíola, que governador só tratava e só recebia os aliados acabou, aquela época da truculência, aquela época da perseguição, da política mesquinha foi deixada para trás, e quem ganhou com isso foi o nosso Estado e foram os baianos.

E eu digo isso, meu querido professor deputado Zé Raimundo, porque acho que esta Casa precisa elevar o debate político para que não aconteça aqui uma disputa entre palanques políticos. Eu quero vir a esta tribuna, deputado Joseildo, parabenizar – apesar de discordar da forma como ele assumiu o governo – o governo Temer...

A Sr^a Fátima Nunes:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALEX LIMA:- (...) quando ele trouxe benefícios para a nossa capital e para o nosso Estado. Mas não podemos é tentar confundir a população e, como diz o ditado popular, fazer graça com o chapéu dos outros, deputada Mirela. Porque até a vovó já sabe quem botou o metrô para andar e viabilizou essa importante obra para os baianos e para o povo de Salvador.

Talvez quem ainda não saiba, deputado Joseildo, é a turma do vovô. Mas os baianos são muito espertos, muito inteligentes. E é por isso que a cada visita que o governador Rui Costa faz a cada canto da Bahia, no mais distante interior do nosso Estado, ele ouve um elogio à sua administração. Mas, sobretudo, ele ouve os cumprimentos por essa belíssima obra que é o metrô de Salvador.

E aí, eu queria chamar a atenção, minha querida deputada Fabíola Mansur, para que não aconteça aqui no nosso Estado o que aconteceu dias atrás lá na Paraíba. Porque por muito tempo o presidente Lula foi acusado de ser um vendedor de sonhos, por muito foi acusado de cometer um grande crime, que era tentar levar água para o Nordeste brasileiro, tão sofrido, deputado Joseildo. E quantas e quantas vezes a transposição do Rio São Francisco foi motivo, também, de chacota, como foi o nosso metrô.

Quantas palavras desafiadoras foram lançadas à época, de que esse sonho era de desde Dom Pedro, e que ninguém nunca conseguiu fazer. Precisou que um nordestino, saído da pobreza de Pernambuco, com a sensibilidade que é característica desse povo, mas sobretudo com essa fé que também nos é característica... o ex-presidente Lula teve coragem, tirou os sonhos da sua cabeça e do seu coração. E ao que assistimos, dias atrás, foram as mesmas pessoas que tanto criticavam a

transposição do São Francisco tirando foto, fazendo propaganda e dizendo que depois de nove meses essa obra chegou ao final.

Deputado Joseildo, a mentira só prevalece enquanto a verdade não se estabelece. E, por isso, já está marcada para o próximo domingo uma visita dos responsáveis pela transposição do Rio São Francisco, que é o ex-presidente Lula, que é a ex-presidente Dilma e que é o então ministro da Integração Nacional Ciro Gomes. Diferentemente do Sr. Michel Temer, que por ser um governo ilegítimo e impopular, fez uma cerimônia fechada para os poucos amigos e, sob forte esquema de segurança, não deixou que a população dissesse o que pensa sobre ele e sobre aquela obra. Fez a sua inauguração com meia dúzia de compadres.

Confesso, deputado Joseildo, que vou pedir a minha assessoria para verificar se o ministro Osmar Serraglio estava na comitiva do presidente Michel Temer, que era pra ver se algum nordestino perguntaria a ele o que ele tem contra o Bolsa Família. Porque ele deu uma declaração de que apesar de estarmos vivendo a pior seca dos últimos 100 anos, ele disse que não precisa de aumento para o Bolsa Família, em nosso País.

Ou até mesmo para perguntar ao Sr. Osmar Serraglio, se ele não leu ou não teve a oportunidade de que alguém pudesse dizer a ele que os negros e os índios, historicamente, sempre foram maltratados e perseguidos ao longo da história deste País. Por essa razão, ele deveria renunciar ao cargo de ministro, porque não é possível que um ministro de Estado não conheça, deputado Joseildo, a realidade dos índios e negros do nosso País. Não conheça o débito histórico que temos com essa gente.

Mas percebendo essa festa de compadres feita por um presidente ilegítimo que ascendeu à Presidência da República não pelo voto popular, mas pelo voto daqueles que a cada dia que passa percebemos que conspiraram para dar o golpe parlamentar instalado em nosso País. Já dizia o sábio Ruy Barbosa que a pior ditadura é a do Judiciário, pelo simples fato de que quando ela se estabelece, não temos a quem recorrer.

Espero que essa fase difícil do nosso País passe, que esse povo que não tem a legitimidade do voto, tenha a sensibilidade de perceber que governo ilegítimo não pode e não deve retirar direito dos trabalhadores.

Mas, voltando à pequena inauguração para os poucos compadres do presidente Michel Temer, no próximo domingo o barbudo está chegando aí. O presidente Lula está vindo para inaugurar, junto do povo nordestino, essa belíssima obra que é, deputado Eduardo Sales, a transposição do Rio São Francisco. E diferente deles, o presidente Lula estará no meio do povo, ao lado dos nordestinos, porque ele sabe o que é ser nordestino, o que é sofrer com a fome e com a sede. Ele sabe o quão importante é essa obra para os nordestinos, que já estavam desacreditados com a transposição do São Francisco. Assim como o povo de Salvador estava desacreditado com o metrô de Salvador.

É por isso, Sr. Presidente, que eu queria aproveitar esta tarde para que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia fizesse esse convite. Mas se a Assembleia Legislativa entender que não deve, proponho deputado Joseildo, que façamos ...

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALEX LIMA:- (...) que façamos a várias mãos, uma solicitação ao presidente Lula e à presidente Dilma, que eles venham à Bahia, que eles venham a Salvador, a primeira capital do Brasil, para contar aos baianos, aos soteropolitanos e ao Brasil quem foi que fez, pensou e viabilizou essa obra tão importante que é o metrô de Salvador. Vamos começar a rodar o País, vamos visitar cada obra e cada legado do governo Lula e do governo Dilma com os atores principais, e não com os golpistas coadjuvantes, que trabalharam para que essa obra nunca se viabilizasse.

Eu faço parte da base do governador Rui Costa, mas quero assumir aqui um compromisso público com a Oposição e, sobretudo, com os baianos e baianas que nos assistem. Meu querido Líder da Oposição, deputado Leur Lomanto, quando o governo do presidente Michel Temer tiver, de fato, protagonismo em qualquer obra que seja, estarei aqui nesta tribuna para agradecer e parabenizar o governo federal, porque os baianos merecem e são gratos àqueles que lhe estendem a mão.

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALEX LIMA:- Mas não posso, querido deputado Leur Lomanto, participar desse engodo. Eu brinco, deputado Bobô, que ainda bem que o prefeito de Salvador e os seus aliados despertaram a tempo, porque se demoram mais um pouquinho só iam pegar a estação no aeroporto. E, talvez, fosse mais difícil criar essa mentira de que a obra é do atual governo. Talvez S.Ex^a o prefeito de Salvador esteja incomodado com as pesquisas internas que apontam e que dão ao governo Rui Costa uma excelente aprovação e que reconhecem os benefícios dessa importante obra e de tantas outras que o governo do Estado vem fazendo em Salvador.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALEX LIMA:- V.Ex^a está inscrito.

Queria, Sr. Presidente, fazer um apelo para que possamos encaminhar ao presidente Lula e à presidente Dilma que venham à cidade do Salvador. Não como foi feito na transposição do Rio São Francisco, não como foi feito na visita do ministro das Cidades ao metrô de Salvador. Mas quero que eles venham a Salvador para encontrar o seu povo, a sua gente, para que façamos, deputado Zé Raimundo, o encontro do povo baiano para que possamos agradecer e reverenciar os verdadeiros presidentes eleitos pelo povo com expressiva votação aqui no Estado, os que são, de fato, responsáveis por essa obra.

O governo do Estado passa por uma dificuldade muito grande, aliás todo o nosso País...

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALEX LIMA:- V.Ex^{as} estão inscritos, darei assim que concluir meu pronunciamento.

O Sr. ALEX LIMA:- O País passa por uma crise muito grande, o País passa por uma dificuldade absurda, os estados estão numa situação muito difícil. E, apesar de termos um governo comprometido, um governo que cortou na própria carne, um governo que reduziu o custeio e aumentou os investimentos por 2 anos consecutivos, o Estado que mais investiu entre todas as unidades da Federação, mas é evidente que essa crise também assola o governo do Estado. E, por essa razão, meu querido deputado Alan Sanches, é que venho pedir à Oposição desta Casa, aos ministros, ao presidente da República, que ajudem à Bahia, que ajudem o governo do Estado nessa missão muito difícil, que é atravessar esta crise, mesmo sendo um Estado onde a arrecadação per capita está entre as menores do País. Toda obra para Salvador e para a Bahia, tenho certeza, terá, pelos baianos, o reconhecimento que Lula, Dilma, Wagner e Rui encontram nas vezes que vão visitar obras, como essa conquista do metrô e tantas outras obras. Existem inúmeros outros desafios, existem muitas obras que estão aguardando, por exemplo, o financiamento que nós aprovamos nesta Casa e a liberação do Ministério da Fazenda, e tantos outros desafios para os quais esse governo vai precisar contar com o governo federal. Mas dar uma de “ponguista” nas obras alheias, isso não faz bem para a Oposição e não faz bem para a democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PP, PSD, PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

Srª Fabíola Mansur:- Falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Zé Raimundo; e pelo tempo de 6 minutos essa deputada que vos fala.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o nobre deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, gostaria de parabenizar o deputado Alex Lima por essa bela intervenção, que resgata a verdade sobre o debate do metrô de Salvador e de todas as obras do governo federal no período do presidente Lula e da presidente Dilma, que transformaram e vêm transformando o Nordeste. E, nessa mesma linha, Sr. Presidente, das obras e ações do governo Rui Costa – sei que outros deputados já se manifestaram aqui sobre esse assunto –, gostaria de reiterar os meus parabéns ao governador Rui Costa pela presença na cidade de Vitória da Conquista.

O governador esteve no último dia 9 em nossa cidade e lá, mais uma vez, demonstrou o seu compromisso com a Bahia, com a região e com a nossa cidade. Lá entregou 23 viaturas para a Polícia Militar, 11 motos para o Esquadrão de Motociclistas de Vitória da Conquista e dez viaturas para a Polícia Civil, além de

equipamentos para o Corpo de Bombeiros Militar, que lá tem o papel estratégico de cuidar também da segurança do aeroporto.

Além disso, parece-me que está virando moda na Bahia alguns tentarem se apropriar das obras dos outros. Lá o prefeito do PMDB tenta se apropriar de muitas obras do governo federal, iniciadas no período de Lula e no período da presidenta Dilma. É o caso do aeroporto de Vitória da Conquista, cuja construção o governador anunciou e reiterou: já há uma empresa vencedora autorizada a iniciar as obras, no valor de R\$ 28,5 milhões.

O governador Rui Costa também se comprometeu em licitar – tema ontem debatido aqui, nesta Casa – a adutora do rio Catolé, que vai garantir a segurança hídrica para a nossa cidade. Agora, em maio, termina uma ação, no valor de R\$ 5 milhões, do rio Gaviãozinho, colocando mais água no Sistema Água Fria I e II, também melhorando a condição de abastecimento do município e tirando o temor de um racionamento mais duro, mais penoso. Fico muito feliz por essa ação porque foi aprovada aqui com muitos deputados da Situação e, nesse caso, até da Oposição.

Relatamos neste Plenário a lei que reorganizou a Polícia Militar e criamos estas estruturas em Vitória da Conquista: um Comando Regional, uma Companhia Rural e um Esquadrão de Motociclistas, além de uma Companhia de Operações Táticas. Nessa preocupação do governador, Sr. Presidente, lhe foi perguntado por que colocou durante sua campanha como meta também criar em Vitória da Conquista um Grupamento Aerotransportado da PM. S.Ex^a respondeu que, da mesma forma que em Barreiras e na Chapada Diamantina, vai dotá-la de uma estrutura aerotransportada para a Polícia Militar porque ali fica, sabemos, o nosso território na fronteira com Minas. E infelizmente não tem sido poucas vezes que quadrilhas - o crime organizado - circulam por aquela região fronteira. Portanto, o governador mais uma vez se comprometeu.

Finalmente gostaria de registrar, Sr. Presidente, que foi com muita alegria e preocupação, naturalmente, que recebemos uma comitiva de Jânio Quadros: o prefeito Alex Silva e 6 vereadores da base do governo. São companheiros que estão aqui em Salvador à procura de solução para o problema de abastecimento d'água naquele município. Estivemos com o governo da Bahia, os secretários - vários deles - e a direção da Embasa.

Quero deixar meu abraço para o nosso prefeito, o vice-prefeito Messias e os vereadores Roberto Alves, Celso Teixeira, Luís Souza, Joaquim de Souza Lima, Martins de Oliveira e Carlos Vieira dos Santos, que estiveram na Empresa Baiana de Águas e Saneamento, a qual se comprometeu a enviar urgentemente pra lá uma força-tarefa para que possamos buscar uma solução visando minorar a situação do abastecimento d'água, da mesma forma que em outros municípios, como é o caso de Guajeru, Piripá e Maetinga. Enfim, de todo o Sudoeste da Bahia, que tem merecido a atenção do governo do Estado.

Por isso, governador Rui Costa, V.Ex^a está de parabéns e a cada dia cai na simpatia, empatia e no coração dos baianos de Salvador e do sertão baiano!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, a nobre deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, antes da minha fala e do assunto que me traz de volta a esta tribuna, quero me congratular com a fala do deputado Alex Lima ao exaltar a obra do sistema metroviário de Salvador, que hoje é a maior de mobilidade urbana em curso e cujos trabalhos estão tempestivamente acontecendo. Logicamente, eu era vereadora desta capital quando o metrô, ainda chamado de calça-curta, era de responsabilidade, já havia quase 13 anos naquela época, do município.

Essas obras foram, com a vênua da Câmara Municipal de Vereadores, transferidas para o governo do Estado. A partir dessa transferência, o metrô calça-curta passou a ser o metrô calça-longa, que hoje é vistoriado, visitado por várias autoridades das esferas federal e municipal. Mas há de se dar o crédito ao governo estadual pela celeridade com que tocou essa obra, pela importância dela e pelos investimentos, cuja grande maioria foi do Estado.

A gente sabe que há várias estações previstas para serem inauguradas em maio. Na verdade, Pituaçu, Pernambués e CAB, com o Imbuí faltando apenas a conclusão das passarelas. A gente vai de Pirajá a Pituaçu em 22 minutos! Isso é, sim, motivo de honra! Lógico que uma obra de mobilidade urbana numa cidade como a nossa, eu, como ex-vereadora de Salvador, tenho de aplaudir e esperar que logo o sistema integrado que inaugurará os ônibus nas estações de Pituaçu e Pirajá possa dar a esta cidade, juntamente com o governo municipal, algo que se aguarda há tanto tempo!

Vim aqui também para congratular-me de novo com alguns municípios. Ontem, estive no de Cachoeira, na sessão solene, a convite do presidente, o vereador Teta, para celebrar os 180 anos de elevação a município daquele distrito.

Cachoeira é a segunda cidade da Bahia, por projeto de lei da senadora Lídice da Mata, e precisa obviamente entrar na rota prioritária de desenvolvimento socioeconômico e cultural do seu povo. É monumento nacional, mas poderia ser patrimônio mundial pela Unesco, e objeto duma série de projetos do nosso governo do Estado.

Já tivemos algumas obras, como a requalificação da estrada de Capoeiruçu e a promessa de requalificação da que liga o distrito de Belém a Cachoeira, na BR-101. Tivemos o prazer, com os vereadores, de entregar uma viatura da Polícia Civil e estamos com um projeto de indicação ao governador para a criação de uma Companhia Independente da Polícia Militar, separando-se da de Cruz das Almas. Isso por entendermos que Cachoeira, bem como São Félix, Maragogipe e Muritiba, pela sua histórica importância cultural e educacional - lá tem um campus da Universidade Federal do Recôncavo e uma Faculdade IAENE -, formam uma região que precisamos cuidar. E realmente ela carece de uma Companhia Independente da PM.

Também quero congratular-me com vereadores que estão aqui, representantes legítimos de Macajuba e Baixa Grande: Neto Macedo e Humberto, que estão preocupados com a crise hídrica pelo qual passa o nosso Estado. Há muito solicitam obras com a criação de sistemas simplificados de abastecimento d'água para várias das suas localidades.

Despachamos com o governador, solicitando para ambos os municípios a ampliação desses sistemas, bem como a perfuração de poços artesianos. Acho que isso é importante, como bem disse o deputado Luciano, que me antecedeu. A crise hídrica no Estado da Bahia - a seca - está realmente gravíssima!

Quero parabenizar os deputados Fábio Souto, que preside a Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, Eduardo Salles, presidente da Comissão de Agricultura, e Hildécio Meireles, presidente da Comissão de Infraestrutura, por terem convocado, como presidentes dessas Comissões, todos os deputados e duas Secretarias - a do Meio Ambiente, com o secretário Geraldo Reis, e a de Infraestrutura Hídrica, com o secretário Cássio Peixoto -, além de 3 órgãos, a Cerb, o Inema e a Conab, para que apresentemos o balanço das ações do governo e as soluções.

Vemos 80% do nosso povo baiano padecendo de sede e fome no Semiárido em função dessa diminuição das chuvas. Tivemos vários indicativos, e tenho certeza de que um desses 3 parlamentares estará aqui elencando resumidamente o que foi acertado para a ampliação destas ações: a disseminação de práticas de sistemas de água, de abastecimentos baratos, a diminuição do preço do milho e a assistência técnica universalizada, além do aumento da política de cisternas com a ajuda do Exército e da Defesa Civil.

Enfim, todos os deputados que representam a Bahia têm de se preocupar com as graves consequências da seca neste momento. Por isso, tenham certeza de que esta deputada, a qual, apesar de vir do litoral, é parlamentar da Bahia, contribuirá para ações de convivência com o Semiárido, sobretudo as emergenciais, como aquelas que foram propostas naquela ocasião aqui pelo articulador do Semiárido, o Sr. Neidson.

Então, quero parabenizar pela reunião conjunta das três comissões...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, nobre deputada.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- (...) e, concluindo já, dizer que os deputados e deputadas desta Casa têm que continuar no esforço, junto com o deputado Eduardo Salles, para encontrarmos, junto com nossos governos municipais, estadual e federal, as soluções emergenciais para o grave problema da estiagem que afeta o nosso Estado.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão os deputados Leur Lomanto Junior e Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos e meio cada um.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ouvi atentamente o discurso do deputado Alex Lima, que, infelizmente, não permitiu o debate ao não conceder apartes a vários parlamentares que o solicitaram.

E eu ouvi o deputado Alex Lima desta tribuna dizer reiteradas vezes que o País, que o nosso Brasil passa por um momento difícil. Ora, mas não vi o deputado Alex Lima reconhecer que se o Brasil atravessa um dos momentos mais difíceis da sua história – com cerca de mais de 12 milhões de desempregados – isso é fruto de uma política econômica equivocada do governo comandado pelo PT da ex-presidente Dilma Rousseff. Estavam comandando os destinos do nosso País e são os responsáveis, sim, por essa situação que o Brasil vive, repito, com cerca de quase 12 milhões de desempregados. Aqui vi o deputado Alex Lima defender o seu posicionamento e procurar fazer a defesa do indefensável.

O que queremos, e faço questão de reiterar nesta tarde de hoje, é restabelecer a verdade com relação às obras do metrô em Salvador. A vinda do ministro da Cidade, Bruno Araújo, que não veio aqui, de forma alguma, fazer qualquer tipo de disputa política de paternidade da obra... muito pelo contrário, o ministro veio aqui também para que a verdade seja restabelecida. E foi.

Aqui ninguém quer fazer disputa política de paternidade da obra do metrô. Mas é importante que se reconheça que se as obras do metrô voltaram a andar na velocidade em que se encontra hoje, o primeiro passo foi dado pelo prefeito ACM Neto, que, em apenas três meses da sua administração – devido a um problema que se arrastava há mais de 12 anos sem uma solução –, procurou fazer um entendimento junto ao governo do Estado, renunciando, inclusive, a incentivos fiscais, facilitando todas as negociações para que o metrô passasse para o governo do Estado.

E eu não vi esse gesto do deputado Alex Lima de reconhecimento. E o que estamos a cobrar e fizemos questão de fazê-lo na semana passada, é o reconhecimento da verdade de que as obras do metrô de Salvador têm mais de 90% dos seus recursos oriundos do governo federal, quer seja do orçamento geral da União, quer seja através de financiamento dos bancos públicos e a outra parte da concessionária CCR. O governo do Estado entrou, até agora, apenas com cerca de R\$ 40 milhões, ou um pouco mais, de recursos do governo do Estado para consultorias nesta grande obra.

Essa é a verdade pura e cristalina que precisa ser dita, mas o governo insiste em fazer o que ele sabe fazer de melhor, e aí temos que parabenizar o secretário de Comunicação – meu querido amigo André Curvello –, que insiste em querer esconder o papel do governo federal nessas obras importantes para Salvador e para a Bahia.

Assisti ontem – deputada Luiza Maia – uma audiência pública com relação à seca em nosso Estado. E vi aqui uma explanação, por parte do secretário, de diversas barragens que estão sendo anunciadas e estão sendo construídas – peço a tolerância de

V.Ex^a – e financiadas em nosso Estado. Em nenhum momento eu vi aqui o reconhecimento, por parte da Bancada do governo, de que essas obras e essas barragens, a exemplo da barragem de Baraúnas, na região da Chapada Diamantina – meu caro deputado Angelo – têm uma grande maioria dos seus recursos do governo federal, do Ministério da Integração Nacional.

Então, as coisas têm que ser postas, tem que ser colocadas como elas são. É isso que nós queremos debater e vamos debater nesta tarde, mostrando a verdade para a população baiana.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Dando continuidade ao horário da Minoria, concedo a palavra ao deputado estadual Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Boa tarde a todos os baianos e baianas, que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*, colegas deputados e deputadas. Quero primeiro parabenizar o município de Santo Amaro, o qual tenho orgulho de representar, município importante que fez 180 anos ontem, parabenizando assim o prefeito novo, competente, que entrou agora, com novas ideias, prefeito Flaviano. Parabenizar, também, o município de governador Mangabeira, que hoje faz 55 anos, outra jovem revelação o prefeito Marcelo Pedreira, que está fazendo a diferença de uma nova gestão, de um novo momento de um município também tão importante.

Colegas deputados, a população já deu o seu recado, a população está cansada do discurso só pelo discurso político, está cansada de conversa fiada. Eu ouvi, aqui, o deputado Alex Lima, colega que respeito muito, falar 25 minutos sobre o metrô de Salvador, e desses 25 minutos não ouve um segundo – deputado Hildécio – em que ele tocasse em recursos e em valores que foram trazidos, mas veio aqui para falar da paternidade desta obra. Eu não vim aqui para falar da paternidade da obra. A paternidade da obra cabe aos baianos avaliarem, mas o importante é que o benefício está vindo, até porque mensalmente vão as faturas lá para ministério das Cidades, e o ministro Bruno do governo Michel Temer, tem que pagar as faturas desta obra que está acontecendo, é fato.

Agora eu vim aqui trazer só alguns dados e desafio o deputado Alex Lima a discutir comigo os dados oficiais dobre os gastos feitos da obra do metrô. Dados oficiais: (Lê) “Linha 1, tramo 2, Acesso Norte-Pirajá, foram gastos pela União R\$ 283 milhões; financiamento da Caixa Econômica: R\$ 400 milhões; dinheiro privado: 61 milhões; dinheiro do governo do Estado, nenhum real.

Passemos à Linha 2 do metrô. A colaboração da União foi de R\$ 1 bilhão; financiamento da Caixa Econômica Federal, R\$ 600 milhões; dinheiro privado, R\$ 1,3 bilhão; dinheiro do governo do Estado, nenhum real.

Quanto o governo do Estado gastou nesta obra do metrô oficialmente? Não sei se há outra forma de se gastar dinheiro numa obra, pois o governo do Estado gastou

R\$ 35 milhões em pesquisas, repito, em pesquisas. Foi uma ordem bem pequena de gastos.

Vamos salientar o trabalho de um prefeito quando assumiu ao seu cargo. E, aí, eu quero citar e fazer justiça, também, à coragem que teve o então prefeito Imbassahy à época de começar a obra. Digo coragem porque todos sabemos que, no bolo tributário, melhor, na divisão, o município de Salvador tem muito menos do que o governo do Estado e o governo Federal. Mas ele, Imbassahy, teve a coragem de começar a obra.

E o prefeito ACM Neto, logo que entrou na prefeitura, em três meses, presidente, conseguiu destravar a obra cedendo a Companhia de Transporte da Bahia. Para quem não conhece e vem fazer discurso aqui de cima e não conhece Salvador, este órgão funciona no subúrbio e ele destravou e fez concessões para o metrô em diversas áreas como, por exemplo, na Paralela; fez uma concessão para a diminuição de imposto que geraria R\$ 2,5 bilhões para o município de Salvador em arrecadação. Foram R\$ 2,5 bilhões que a prefeitura de Salvador isentou o metrô ao passo que o governo do Estado gastou R\$ 35 milhões e quer, assim mesmo, ser o pai da criança.

Fico estupefato com esta mania que este governo do Estado ainda tem de tentar reverter as coisas através de propagandas. E, aí, líder, realmente, eles têm um grande secretário de Comunicação e, infelizmente, eles têm um péssimo governador.

Quem deveria estar preocupado com as pesquisas seria o governador, porque a cadeira em que ele está sentado está para ser ocupada por outro político ou por outro representante; e não a cadeira em que está sentado o atual prefeito de Salvador.

Os dados, trazidos por mim, somam a ordem de R\$ 3,8 bilhões dentre recursos federais, financiamento bancário, aporte privado. Volto a repetir: o governo do Estado só gastou R\$ 35 milhões.

Quero, aqui, salientar a importância de hoje. Foi bom este discurso ter sido realizado hoje, porque, hoje, foi assinada a licitação do BRT de Salvador. Esta obra estava sendo travada através de perseguição política pelo governo federal da ex-presidenta Dilma e, hoje, tem a sua liberação. Isso mostra que o governo federal, hoje, respeita o Estado da Bahia e a prefeitura de Salvador, porque cumpre com as suas obrigações.

Presidente, temos só a agradecer ao prefeito e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo. Agradecemos, também, ao governo federal, pois, hoje, assinou, através de um financiamento da Caixa Econômica Federal, a quantia de R\$ 408 milhões que virão para as obras aqui em Salvador.

Gostaria de que o governo do Estado parasse de brigar pela paternidade de obra e trabalhasse mais, porque se for para brigar por paternidade, que ele assuma a paternidade da Ponte Salvador-Itaparica, onde já foram gastos R\$ 90 milhões. Até agora, estamos a ver navios e nada de ponte.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Como o horário agora é do PSL, farei uso da tribuna.

Convido o deputado Sidelvan Nóbrega, membro da Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- O deputado Sidelvan não é da Mesa. É procurador.

(O Sr. Sidelvan Nóbrega assoma à Presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre Líder do PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Euclides Fernandes:- Eu mesmo falarei.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, na programação da sessão de hoje, a pauta diz que, após a sessão ordinária, será convocada uma extraordinária para discutir e votar os vetos feitos pelo Poder Executivo a dois projetos de lei aprovados por esta Casa. Então, Sr. Presidente, nós estamos nesta tribuna para falar acerca dos vetos emitidos pelo Poder Executivo aos projetos de lei de nossa autoria.

Um veto diz respeito ao projeto de lei que proíbe a cobrança de consumação mínima nas casas noturnas e bares. Este projeto de lei tem, como fundamento, a não exigência da consumação mínima. Para o cidadão gastar a consumação mínima, esta exigência é feita através da ingestão de bebidas.

Assim, há o equívoco. Tanto o adolescente quanto o jovem, em uma casa noturna, pagam a consumação mínima. Por consequência, se pagaram, eles vão querer usar. Evidentemente, tanto o adolescente quanto o jovem sairão com maior índice de álcool no organismo. Consequentemente, tal índice de álcool no organismo poderá levar a uma situação de acidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o referido projeto de lei foi aprovado na Comissão de Justiça. A Comissão de Justiça tem o papel e a atribuição de ter a ação preventiva na tramitação da elaboração da lei para que ela não sofra qualquer item de inconstitucionalidade. O projeto foi aprovado não só na Comissão de Justiça, como foi aprovado em todas as demais comissões permanentes da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Depois, por uma questão regimental, foi o primeiro projeto de lei a vir a plenário. O Plenário aprovou. Depois de sua aprovação, ele foi encaminhado ao Executivo, pois o Executivo participa da elaboração da lei ao dar ou não a sua sanção ou a sua aquiescência ou, então ainda, veta parcial ou plenamente qualquer projeto de lei aprovado por esta Casa.

O veto do Executivo demonstra não estar de acordo com o projeto de lei. O veto tem de ser de acordo com a Constituição Federal e só pode ser, porque fere

interesse público ou foi ferido de inconstitucionalidade. O Sr. Executivo do Estado da Bahia vetou o projeto de lei alegando inconstitucionalidade. E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de sua justificação, o veto alega trazer despesa e alega interferência do Poder Legislativo no Poder Executivo.

Essas são alegações, totalmente, sem fundamento. Não há a inconstitucionalidade colocada pelo Poder Executivo ao projeto de lei que proíbe a consumação mínima nos bares e casas noturnas. Então, Sr. Presidente, o Executivo vetou o projeto de lei com fundamentos que não representam, verdadeiramente, a realidade da matéria ser inconstitucional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Líder da Minoria, eu peço a sua atenção, pois V.Ex^a representa o pensamento da minoria dos deputados da Oposição. É importante V.Ex^a acompanhar o nosso pensamento para V.Ex^a tomar a decisão por sua bancada, qual seja, a de votar a favor ou contra o veto emitido pelo Poder Executivo.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o veto foi para a Comissão de Justiça, a fim de que a Comissão de Justiça o analisasse. Sr. Presidente, Sr. Líder Leur Lomanto, observem que o fato de o Executivo vetar o projeto de lei não encerra a elaboração da lei. Ele veta uma participação na elaboração da lei preventiva para não se formar uma lei inconstitucional. Mas cabe à Comissão de Justiça analisar as razões do veto e aceitar se foi bem fundamentado, se foi bem-posto pelo Executivo que há naquela matéria uma inconstitucionalidade.

A Comissão de Justiça, Sr. Presidente, Srs. Deputados, analisou, discutiu e não encontrou nenhuma inconstitucionalidade nos argumentos, nos fundamentos dados pelo Executivo ao veto que deu ao projeto de lei. E a Comissão, Sr. Presidente, derrubou o veto por 5 a 3.

Acredito que hoje esse veto irá a Plenário. Acredito que já está na pauta uma sessão extraordinária para votar os 2 vetos. Aí, quero fazer esse apelo aos Srs. Deputados, ao Líder da Minoria, esse jovem dinâmico, inteligente, que veio lá da região de Jequié, com a história da sua família, o seu avô foi governador do Estado da Bahia, senador, deputado federal, deputado estadual; o pai também foi político, deputado federal por 7 mandatos, o avô, Lomanto Júnior, exerceu quase todos os cargos da República Federativa do Brasil, o pai foi um excelente deputado federal.

O povo da minha região tem saudades da época que ele exercia o mandato de deputado federal e de como ele cuidava das coisas da nossa região. O Leur, filho do Leur Lomanto, que era deputado federal, no terceiro mandato de estadual, já se encaminha para ir a Brasília cuidar dos interesses da região, lá no Congresso Nacional.

O Sr. Alan Sanches:- E a nota?

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Retornando ao assunto que interessa, porque o deputado Alan Sanches está aí todo entusiasmado, peço aos Srs. Deputados, tanto da Base do Governo – aqui ninguém é contra o governo, nós estamos tratando de uma competência, de uma atribuição que é do Poder Legislativo.

Cabe ao Poder Legislativo elaborar as leis e fiscalizar a execução orçamentária. Esse é o nosso papel, gente. Se a lei não tem inconstitucionalidade, se a Comissão de Justiça aprovou por duas vezes o projeto de proibição de consumação mínima, é porque não tem inconstitucionalidade. O argumento, o fundamento, que foi mandado pelo Executivo para esta Casa de leis, não apresenta, não comprova a existência da inconstitucionalidade na matéria do projeto.

Por isso, Zé Raimundo, quero registrar aqui, Sr. Presidente, - o deputado não quer que eu registre, eu ia fazer uma homenagem a ele, mas ele não quer que eu faça a homenagem. Tudo bem.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui faço este apelo: vamos exercer na plenitude o nosso mandato de deputado estadual. Somos eleitos para cuidar e normatizar a sociedade baiana, esse é o nosso papel acima de qualquer coisa.

Daí, Sr. Presidente, faço um apelo a todos os deputados, tanto da Maioria, comandada pelo deputado Zé Neto, como da Minoria, comandada pelo deputado Leur Júnior, do PMDB, no sentido de que não há nenhuma inconstitucionalidade nessa matéria desse projeto de lei, que está na fase final de sua tramitação, termina com a votação desse veto. Se o veto não foi aceito por esta Casa de leis, automaticamente encerrou a tramitação, passa a ser lei, passa a disciplinar a sociedade baiana no que diz respeito à proibição de casas noturnas, restaurantes, bares, cobrarem consumação mínima.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a consumação mínima exigida pelas casas noturnas é uma obrigação, é um incentivo para que aqueles que estão frequentando a casa noturna, usem esse recurso para aumentar o consumo de álcool. Evidentemente, não queremos incentivar a nossa juventude à bebida, nem que os adultos bebam em excesso para que, ao saírem de uma casa noturna, não tenham um acidente de trânsito nas ruas da cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Muito obrigado, deputado.

Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, no tempo do PMDB/PSC falarão o deputado Alan Sanches, por 5 minutos e meio, e este deputado que vos fala pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de 5 minutos e meio.

O Sr. ALAN SANCHES:- Boa-tarde, Sr. Presidente, queria saudar os colegas e as demais pessoas que nos assistem e acompanham através da *TV Assembleia*. Há mais ou menos umas duas semanas venho em busca de assinaturas para que pudéssemos averiguar – a CPI do Hospital Ernesto Simões – e responsabilizar de quem foi tamanha negligência.

Logo, imediatamente, quando a gente começou aqui a fazer discursos de que o centro cirúrgico tinha sido fechado, desde o dia 12 de fevereiro, já se passou um mês, a Sesab, seu secretário da Saúde, se arvorou logo em trazer as respostas, informando que ontem, dia 13, já estaria em pleno funcionamento o centro cirúrgico. Como eu o tinha visitado na quinta-feira, antes do Carnaval, sabia que jamais se poderia cumprir esse prazo. Mas a Sesab não fez a mesma coisa. Imagine! Estive lá com a deputada Fabíola Mansur e, naquela visita, pudemos observar que jamais poderia entregá-lo. Mas a Sesab, para ludibriar e enganar a população do Estado da Bahia, deu logo um prazo: dia 13. Eu disse: “Não vai ter condição secretário” Ele respondeu: “Dia 13 estarei inaugurando o centro cirúrgico do Hospital Ernesto Simões”.

O deputado José de Arimateia, da bancada da Oposição, a quem, inclusive, pedi que assinasse a CPI, me informou que não assinaria porque fez um questionamento ao secretário Fábio, através da Frente Parlamentar, que lhe deu essa data como sendo da reabertura do centro. Agora pergunto ao deputado José de Arimateia: E o prazo não cumprido? Foi alardeado, inclusive durante o Carnaval, que no dia 13, ontem, estaria sendo reaberto o centro cirúrgico, mas nós sabemos que o governo do Estado não prioriza a saúde, e sim a propaganda.

Há um requerimento lá na Comissão de Saúde... aliás, acho que a Comissão de Saúde tem que ser fechada. Estou dizendo aqui e já disse ao meu presidente – sou o vice-presidente – Alex da Piatã que deveríamos fechar a Comissão de Saúde, porque a Frente Parlamentar fez um questionamento sobre o Ernesto Simões e obteve a resposta em 2 dias! Imaginem: o secretário da Saúde respondeu em 2 dias! O requerimento que fiz, aprovado na Comissão de Saúde, tem 1 mês, apenas perguntando, para comprovar mais uma negligência do Estado da Bahia, mais uma negligência da Sesab, eu perguntei – e foi aprovado pelos colegas – quantas cirurgias tinham sido feitas até 1 mês atrás no Hospital da Mulher. E pasmem: o que a Frente Parlamentar do deputado José de Arimateia conseguiu em 2 dias para o Ernesto Simões, tentando barrar a CPI, – o que não vai conseguir – o que é que acontece? Ele consegue 2 dias! E o número de cirurgias realizadas eles não informam.

Mas vocês, deputados e deputadas, sabem por quê? Porque o Hospital da Mulher não consegue funcionar da forma que eles anunciaram. Fizeram agora no domingo passado uma grande feira tentando agilizar, para trazer resposta para a Comissão e para esta Assembleia. Mas não adianta, porque não são organizados, não seguem planejamento.

Isso está comprovado com a data que o secretário Fábio deu, ou seja, que dia 13 passado, ontem, estaria reaberto o centro cirúrgico para atender a nossa população baiana, que já sofre. E o que acontece? Mais uma mentira deslavada do governo do Estado, que não tem compromisso com a nossa população.

Deputados, somos 21 na Bancada da Oposição, somos 63 nesta Casa, e já conseguimos 19 assinaturas para a instalação da CPI. São necessárias 21, peço que coloquem a mão na cabeça: será que a gente, esta Casa e a população do Estado da Bahia não merecem esses esclarecimentos? Ou vamos ficar aceitando essas respostas que não cabem mais para esta Casa? O secretário falou durante o Carnaval, falou

nesta Casa, falou na Frente Parlamentar do deputado José de Arimatéia, que seria ontem. Vamos aguardar mais o que para que possamos tomar as nossas providências?

O deputado José de Arimatéia me procurou e trouxe a resposta dada a sua Frente Parlamentar; ele a conseguiu em 2 dias com o secretário Fábio. Enquanto isso, tenho um requerimento apresentado há mais de 1 ano e meio que ele não responde. Teria até de entrar, nobre deputado Targino, na Justiça pedindo.

Deputado José de Arimatéia, ele mentiu para V.Ex^a, ele mentiu para esta Casa. Olhe de novo e reflita, vamos juntos assinar esse requerimento para a instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos e meio.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ocupei esta tribuna há pouco para falar sobre os cinco sentidos que são os norteadores da nossa vida. E também para me dirigir aos senhores, notadamente aos deputados de governo, a quem peço socorro, notadamente à deputada Neusa Cadore, que começou a sua vida política em Queimadas.

Vamos ter misericórdia, vamos todos nos unir, de forma suprapartidária, para levar ao governador a denúncia de que as pessoas da Região Sisaleira, notadamente dos municípios de Ichu, Candéal, Nova Fátima, Valente, São Domingos, Gavião, Pintadas, deputada Neusa Cadore, e a minha querida Capela do Alto Alegre, estão bebendo água imprópria para o consumo.

Essa água é levada para eles pela Embasa, empresa concessionária que deveria oferecer água de qualidade, mas, infelizmente, distribuiu na região um comunicado dando ciência a todos de que a água está com mau cheiro e houve mudança na sua coloração.

O papel da Embasa não é esse. O papel da Embasa é fornecer água de qualidade, com segurança, já que ela cobra e cobra caro. Pergunto ao governador do Estado: se a água que os deputados bebem, se a água que V.Ex^a bebe lá no Palácio de Ondina ou na Governadoria, paga pelo povo, estivesse com mau cheiro, se estivesse com alteração na cor, V. Ex^a beberia? Com certeza, não. Porque V. Ex^a é detentor de olfato, paladar e visão, são os sentidos.

Mas, infelizmente, o governo da Bahia está perdido, só tem tempo para gastar dinheiro, querendo disputar o espaço, “de quem é o Carnaval”, “de quem é o metrô?” E eu lanço aqui um recado: pelo amor de Deus, vamos ter estatura para o cargo, todo cargo exige uma liturgia. O dinheiro empregado no Carnaval não é do município, não é do Estado. O dinheiro empregado no metrô não é do Município, nem do Estado nem da União. O Município fez a sua parte, e fez bem; o governo do Estado está fazendo a sua parte, gastou até aqui R\$35 milhões. O Município deu isenções de mais de R\$2 bilhões, e o governo federal gastou já R\$3 bilhões e 800 mil. Mas isso não é dinheiro.

Esse dinheiro não é do prefeito ACM Neto, nem do governador Rui Costa, nem do presidente Itamar Franco, ou qualquer outro político. E não é dinheiro público. Eu não gosto de chamar o dinheiro dos seus impostos de dinheiro público, porque isso é dinheiro do povo, é o sangue do povo. Tem dinheiro o governador Rui Costa para gastar em propagandas, “Carnaval sem Cordas”, e por que não gasta na Embasa para não servir água de má qualidade?

Eu convido o governador Rui Costa: vamos lá à Região Sisaleira beber daquela água! V. Ex^a não vai aguentar, não vai suportar. V. Ex^a não está suportando buraco nas estradas. Vá lá de Capela do Alto Alegre até Queimadas para ver como está. Mas não vá de helicóptero, vá de carro. Tenha misericórdia do povo da Região Sisaleira, governador Rui Costa! Olhe, nós todos precisamos de água de qualidade, sem cheiro, transparente como essa que estou a beber aqui. O povo não aguenta pagar água mineral. V. Ex^a permite isso, porque V. Ex^a está pagando a água mineral bancada com os impostos do povo da Bahia.

Toma juízo, presidente da Embasa!. Toma juízo, governador!. Tenha misericórdia, tenha pena, tenha piedade!. Já não bastam os rebanhos morrendo por conta da seca, e agora vocês querem matar os Seres Humanos. Já não bastam os que estão morrendo a toda hora com a insegurança pública! E agora vocês querem matar envenenados com água de péssima qualidade!

Toma vergonha! Toma vergonha! Desce do palanque e vem governar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria, ou ao Líder do PSD, para falar ou indicar orador.

A Sr^a. Fátima Nunes:-Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Angelo Almeida e, pelo tempo restante o deputado Eduardo Salles.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Angelo Almeida.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados, quero parabenizar o deputado Eduardo Salles, presidente da Comissão da Agricultura, o deputado Fábio Souto, da Comissão do Meio Ambiente e também a todos que, na tarde de ontem, estiveram presentes na reunião das Comissões Conjuntas para poder debater - estavam lá os deputados Zó, Joseildo, Bobô, Fátima Nunes - e poder tomar conhecimento da grave situação hídrica do Estado da Bahia, haja vista que há muito tempo que não se vê uma seca dessa.

Fui buscar alguns relatos históricos, deputado Bobô, e num deles consta que em 1877 mais de 2 milhões de pessoas morreram no Nordeste Brasileiro subjugadas pelo Estado. De lá, o Imperador Dom Pedro II, ao apreciar aquele horror, disse que gastaria até a última joia da Coroa para poder salvar os nordestinos. Mentira! Não salvou! E não gastou joia da Coroa nenhuma!

Poucos anos depois, em 1915, outra grande seca dizimou pessoas. As fotos que tenho aqui, inclusive, estão lá no Museu do Xingó para quem quiser ver. São pessoas, seres humanos mortos à beira da margem de uma linha ferroviária.

Quero daqui desta tribuna ser testemunha fazendo uma franca oposição, na verdade um contraponto, ao discurso do deputado Targino Machado, que sequer compareceu ontem àquela reunião tão valorosa para discutir as questões da seca.

Sr. Presidente, estamos acompanhado na Bahia o trabalho que tem feito o governador Rui Costa, até através duma adutora emergencial que levou, está levando água ainda nesta semana aos municípios de Santa Luz e Queimadas. Nesse nós estivemos e percebemos o quanto o povo estava, pelo menos, sentindo-se acolhido por alguém que não foi levar palavras, mas sim ações e a realidade concreta duma obra emergencial que deveria ter sido feita há mais tempo. Porém só agora foi realizada.

Estivemos também no município de Seabra, onde há mais de 50 anos àquela população, deputado Leur Lomanto - V.Ex^a, que foi muito bem votado lá, sabe -, governos, governos e mais governos prometeram fazer a barragem do Rio Cochó. E lá já foi autorizado o recurso de 43 milhões de reais diretamente para uma outra chamada de Vazante e mais 92 milhões indiretamente para aquela obra.

É óbvio que nós daqui tivemos a oportunidade de ver na discussão de ontem, Srs. Deputados, uma notícia que muito nos entristeceu. E aí fui buscar aquele vídeo que foi citado aqui pelo deputado Fábio Souto, o qual saiu no Bom Dia Brasil em nível nacional, da minha cidade, Feira de Santana, quando D. Elizabete estava ali abrindo a porta de uma cisterna, olhando para ela vazia, atravessando uma cerca e indo à roça de um vizinho para beber uma água podre. No fim da filmagem, estava lá a cisterna.

A notícia que tivemos nessa segunda-feira é que esse governo maligno, golpista e descarado retirou 42% dos recursos que eram destinados aos caminhões para o Exército levar água para essas cisternas. E é o governador Rui que está com a culpa da seca!

Meus senhores, minhas senhoras, o que o rei foi fazer no Ceará ao dizer que ia gastar a última joia da Coroa para não morrerem nordestinos, os caras estão fazendo agora no século XXI, quando retiram o dinheiro para o caminhão do Exército. Lá em Queimadas, deputado, eram 13 caminhões-pipa que estavam até o ano passado. Bastou a PEC do Teto, tão defendida por tanta gente, e agora ainda estão querendo acabar com o povo fazendo o que estão fazendo com a Previdência!

Portanto, vamos debater com serenidade e tranquilidade, comparando. Perdoe-me, presidente. Vou concluir minhas palavras perguntando: querem fazer o povo de Salvador de bobo, é?! Eu sou feirense, mas ando muito por aqui. Querem agora fazer o ACM Neto pai do metrô! Pelo amor de Deus! Não quero fazer o povo nem da Bahia e muito menos o de Salvador de bobo, porque não são otários!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Eduardo Salles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Nobres deputados, nobres deputadas, Sr. Presidente, imprensa e os que nos assistem pela *TV Assembleia*, quero primeiramente agradecer a todos os deputados pela presença ontem, num momento muito importante desta Casa, quando 3 Comissões se reuniram. Eu sou presidente da Comissão de Agricultura, o deputado Fábio Souto é presidente da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos e o deputado Hildécio é presidente da Comissão de Infraestrutura.

Pois bem, fizemos ontem à tarde uma reunião conjunta que durou quase 8 horas. Tivemos a presença de 42 deputados discutindo, ouvindo a apresentação. Convidamos 2 secretários de Estado: o do Meio Ambiente, Geraldo Reis, e o de Infraestrutura Hídrica, Cássio Peixoto. E os presidentes da Embasa, Cerb e do Inema. Tivemos também presente o Ministério da Agricultura, através da Conab, e pudemos ali ouvir também a ASA, que é a Articulação Semiárido. Debates durante toda uma tarde este que é um momento, diria, de calamidade.

Confesso a vocês que na minha vida nunca vi uma situação tão dramática como a que passa o interior da Bahia agora. É uma situação dramática por quê? Porque a Bahia, que é uma Bahia agropecuária, uma Bahia interiorana, tem o maior número de agricultores familiares no País: 700 mil. E também a maior população rural do Brasil. E no momento a gente aqui sofre não só na área destes 70% do Semiárido, mas também em todo o restante do Estado, no Sul e Extremo Sul baianos.

Nessa segunda-feira pudemos, através dessa audiência e sessão conjuntas, ouvir dos membros do governo um raio X do que está acontecendo na Bahia, de como estão as barragens, como está a previsão de chuva para o Estado nos próximos meses. Vimos que a situação é grave e tende a se agravar ainda mais. Por isso, mais importante ainda se tornou essa nossa reunião nas Comissões. Dali quisemos sair com algumas resoluções e ações importantes que possam ser buscadas através dos governos municipal, estadual e federal.

Tivemos uma sessão sem nenhuma discussão partidária. Nós não estávamos ali defendendo bandeiras partidárias. Estávamos defendendo o todo, defendendo a população da Bahia, que tanto sofre neste momento. Não importava para nós ali de quem era o partido ou quem estava fazendo. O importante é que mais precisa ser feito!

Gostaria de relatar algumas das decisões e definições, mas ainda estão faltando algumas neste papel. Vamos organizar isso e iremos a Brasília juntos para buscar recursos. Vamos ao governo do Estado também juntos, assim como aos municípios, em busca de recursos para que as coisas aconteçam.

Algumas ações que foram discutidas e colocadas a curto e médio prazos para serem tomadas em relação à seca: a retomada imediata da venda do milho subsidiado com um preço que seja acessível, porque não adianta se falar em R\$ 33,00 se assim o produto não vai se tornar acessível ao produtor. Há 2 anos o milho ao pequeno produtor era vendido por R\$ 18,20. Então, a retomada imediata deste programa que já

foi anunciado pelo presidente Temer, a disponibilização de 200 mil toneladas de milho para o Nordeste.

Segundo ponto iniciar imediatamente um cadastramento de pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade em função da seca, e em seguida implantar um programa de distribuição de cestas básicas.

Sr. Presidente, eu gostaria de uma tolerância de 1 minuto, se fosse possível. Pode ser?

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega): Trinta segundos, deputado.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Iniciar um programa de financiamento de crédito acessível, através dos bancos oficiais, para que os pequenos produtores e médios possam manter seus rebanhos, realizar limpezas de aguadas, abertura de poços, enfim, que permitam o custeio e o investimento do pequeno produtor, e que permita a manutenção deste pequeno produtor no campo. Suspender todas as medidas restritivas ao semiárido; ampliação do investimento no número de cisternas a serem construídas pelo governo federal e estadual; retomada imediata do nível de abastecimento das cisternas efetuado nos anos anteriores, e depois ampliar, em função da gravidade da situação atual, através do Exército e da Defesa Civil; disseminação de novas tecnologias, técnicas baratas para a convivência com o semiárido; incentivo ao plantio de palmas, através de um programa específico; criar alternativas para o consumo racional de água – só falta uma Presidente –; iniciar um programa de abertura de novas aguadas, limpeza de aguadas e construções de barragens subterrâneas, através de convênios e, por último, implantação de um programa de revitalização de mananciais. Tem outros itens que ainda vão entrar aqui.

Queria dizer que nós vamos aos ministros, em Brasília e vamos ao governador Rui Costa pleitear que isso seja efetivado o mais rápido possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra, o nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão os deputados Fábio Souto por 6 minutos e o deputado Soldado Prisco por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra, o deputado Fábio Souto por 6 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ontem tivemos a felicidade de, junto com a Comissão de Agricultura, do deputado Eduardo Salles, junto com a Comissão da Infraestrutura, do deputado Hildécio Meireles, realizar uma comissão conjunta para discutir toda a problemática em relação à falta de chuva, à seca que assola o Estado da Bahia.

Ontem, nessa reunião, uma reunião que eu reputo muito proveitosa que aconteceu nesta Casa, tivemos a oportunidade de contar com a presença de mais de 40 parlamentares desta Casa, que foram àquela reunião, se pronunciaram, relataram o que suas regiões estão passando, e o resumo dela foi uma coisa muito importante.

Ali ouvi relatos que nos impressionaram, deputado Marcelo Nilo. O deputado Robinho, por exemplo, que é um deputado atuante do Extremo Sul da Bahia, região na qual eu faço política também, relatou, efetivamente, o que está acontecendo, hoje, naquela região. Eu diria que, há muito tempo, a realidade, hoje, que o Extremo Sul passa em algumas cidades, com falta de água para abastecimento humano, é uma realidade que nós nunca vimos naquela região.

E aí ouvimos relatos, como o do deputado Gika, que, com lágrimas nos olhos, relatou a situação em que vive o pequeno produtor, o médio produtor. O capim já acabou para os animais, relatando a importância do milho subsidiado para a região Nordeste, para a região do semiárido. E nessa reunião ouvimos relatos e muitos casos emocionados de sertanejos, de caatingueiros que moram, mesmo sendo deputados, no nordeste baiano, que moram na região do sisal, como o deputado Tom Araújo. Ele relatou todas as dificuldades e problemas dos que vivem na região do sisal, mostrando a dificuldade para abastecimento humano por conta da falta de água, mostrando a dificuldade dos produtores rurais – os pequenos, médios e até os grandes produtores – para alimentarem seus rebanhos. Falou da dificuldade do produtor de sisal, que está vendo uma das plantas mais resistentes à seca, em vários municípios do Estado da Bahia que produzem o sisal, efetivamente sendo dizimada por essa seca terrível que assola aquela região.

O Sr. Tom Araújo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Com o aparte o deputado Tom Araújo.

O Sr. Tom Araújo:- Deputado Fábio Souto, quero parabenizar V.Ex^a, que preside a Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos. Eu pude participar ontem da reunião de três comissões: Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos; Agricultura e Política Rural; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo. E tivemos aqui a visita de diversos representantes do governo do Estado, alguns secretários e também órgãos representados, a exemplo da Cerb, do Inema e de tantos outros que aqui vieram discutir.

Reconhecidamente, alguns secretários vieram, para cá, dizendo que vinham recebendo recursos do governo federal em parceria com o governo do Estado. Mas o que nós queríamos discutir não era isso, porque a seca que está assolando toda a região Nordeste e boa parte da Bahia deve ser discutida de forma emergencial para que o governo tome posições para resolver o problema das pessoas que estão passando fome, necessidade.

Nós sabemos que o governo do Estado, por obrigação, tem de fazer com que as ações imediatas cheguem. Não vale a pena – e estou aqui dando um conselho para o governo do Estado – vir para cá para fazer propaganda e prestação de contas num momento como esse. Faça depois. Agora é hora de matar a fome das pessoas, de levar água para quem não tem, de fazer com que aqueles que não têm renda nenhuma, que

estão vendo todo seu patrimônio ser dilacerado por um momento tão difícil, tenham o problema resolvido. Não é o momento para procurar culpados. Acho que este momento é a hora de se fazer uma união suprapartidária para resolver o problema das pessoas.

É questão de sobrevivência de uma população que merece atenção.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- V.Ex^a está coberto de razão, deputado Tom. E como é triste para nós, deputados, quase que todo ano, com a chegada de uma nova seca, discutir questões de emergência.

Eu peço 1 minuto, deputado Luciano, peço que V.Ex^a me ceda mais 1 minuto só para finalizar meu pronunciamento.

Como é triste mais um momento de seca, deputado Tom – V.Ex^a está coberto de razão –, discutirmos posições de emergência, termos ainda que falar em carro-pipa, termos ainda que falar em distribuição de cesta básica. Isso nos dói o coração, dói no fundo da alma.

Mas essas medidas, como V.Ex^a colocou ontem, são importantes porque, além da falta de água hoje, como foi colocado lá, o sertanejo do semiárido, hoje, também passa fome, necessidade, porque não tem mais seu rebanho e divide a sua aposentadoria, uma parte para se alimentar e outra para dar comida ao rebanho de cabra, carneiro e gado. Então essa é a realidade, são essas as dificuldades que vive o sertão. Ontem ficou claro que esta Assembleia Legislativa pode se reunir suprapartidariamente com boas intenções para buscar soluções e que, realmente, é o que o semiárido deseja e necessita desta Casa. Foi uma reunião muito proveitosa, não só dessas Comissões, mas pela participação dos Srs. Deputados naquela reunião. Todos estão de parabéns.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Nobre deputado Fábio Souto, na verdade, V.Ex^a falou 7 minutos e o deputado Prisco ficou com 5 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Divido esse tempo entre os Srs. Deputados Adolfo Viana e o Soldado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Antes do deputado Adolfo assumir a tribuna, gostaria de registrar a presença de Messias Ferreira, vice-prefeito de Jânio Quadros; dos vereadores de Jânio Quadros Roberto Alves, Celso da Rocha, Luís Souza, Joaquim de Souza Lima, Martim José de Oliveira, Carlos Vieira dos Santos e, de Piripá, o vereador Maurício. Sejam bem-vindos.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 2 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, serei bem objetivo, afinal tenho só 2 minutos. Temos ali policiais da Polícia Técnica, esperando a nomeação pelo governo do Estado. Faltam 67 dias para o vencimento do concurso. A Lei Orgânica do Estado

diz que precisamos ter 2 mil 119 peritos. Só temos 1.159, ou seja, estamos defasados em 50% do número de peritos que necessita o Estado da Bahia, Srs. Deputados. O concurso foi feito, os policiais estão prontos para assumir os cargos. Falta apenas o governo do Estado se posicionar.

O Líder do governo, deputado Zé Neto, a todo momento diz aos concursados que vai resolver hoje ou amanhã. Alguém precisa colocar para o governador a real necessidade do Estado da Bahia. Não podemos aqui, Srs. Deputados, fazer ouvido de mercador. A Bancada do governo, nesta Casa, é composta por 43 deputados. Será que nenhum deles levantará a voz e mostrará ao governador que é necessária a nomeação desses policiais?

Vejo aqui competentes e corajosos deputados. Porém, neste momento, todos eles fingem não ouvir o pronunciamento do deputado Adolfo Viana. Quero dizer a V.Ex^{as} que, neste momento, represento a voz dos concursados da Polícia Civil, mas também a voz do povo da Bahia que grita por mais segurança pública. Sem peritos não há justiça. Tenho certeza, deputada Luiza Maia, que a sua voz poderia ser forte nesse sentido, agora precisa de coragem.

Muito obrigado, Sr Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Muito obrigado, deputado Adolfo.

Antes do deputado Prisco subir à tribuna, quero fazer uma correção. Acabei atropelando o tempo do PCdoB e do PDT, chamando o DEM e o PV. Portanto o próximo tempo será do PCdoB e do PDT, deputada Luiza Maia, por 6 minutos, e Isidório, por 5.

Com a palavra o deputado Prisco pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, eu vi aqui muitos deputados do governo falarem sobre o tal investimento do governo na área da Segurança Pública e sobre a entrega de viatura. Inclusive vi alguns deputados do governo entregando essas viaturas nas redes sociais. Eram poucas viaturas para muitas mãos entregando essas viaturas. Agora, pergunto aos deputados de governo: vão tirar xerox de policial para colocar nessas viaturas? Porque não estão fazendo nada mais do que retirando as velhas e colocando as novas. Estão enganando a população dizendo que estão chegando mais viaturas. Primeiro, não estão chegando mais, estão fazendo uma reposição das velhas. Segundo, quero saber onde está o policial para colocar dentro das viaturas nas cidades onde elas chegaram? Porque não há efetivo.

Então, é gastar dinheiro com propaganda e mentira. O governo só vive enganando a população. Vejam o caso dos peritos, faltam 67 para serem nomeados, a própria Lei Orgânica fala que são 2.100 e, até agora, só convocou mil. E o governo não convoca, aprovados, já feito o curso e tudo. É só enganação e mentira desse governo.

Aí vem um deputado aqui dizer que o governo entregou uma quantidade de viaturas. Vai se fabricar policial para colocar naquelas viaturas. Não existem policiais.

O nobre colega, deputado Zé Raimundo, ou um outro deputado do PT, subiu a esta tribuna e falou que foram criadas várias bases na cidade de Vitória da Conquista. Foram criadas, meu amigo – é até contraditório um deputado do governo colocar isso – para dar cargo, para dar DAS, para dar símbolo, mas não há efetivo para cobrir aquilo ali. Isso é um absurdo. Isso é o que a população precisa saber. Essa enganação, essa mácula do governo de enganar, colocar viaturas lá e achar que elas sozinhas vão resolver. Cadê as condições de trabalho? Cadê os equipamentos dos policiais? Não há nada disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Muito obrigado, deputado Prisco.

Quero fazer a correção chamando o nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, vamos dividir o tempo um pouquinho melhor, falará por 4 minutos a deputada Luiza Maia, o deputado Pastor Sargento Isidório por 4 minutos, e o deputado Aderbal Fulco Caldas por 3 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 4 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, retorno a esta tribuna para registrar dois assuntos: primeiro, o meu repúdio ao Boa Esporte Clube pela contratação do goleiro assassino assim que saiu da prisão, em função disso, o clube agora começa a perder os seus patrocinadores. Repudio o ato do clube e parabenizo os patrocinadores. Todo mundo conhece essa história, teve uma repercussão nacional, o goleiro assassinou sua ex-namorada daquela forma estúpida e, depois que sai da cadeia, é premiado com a contratação de um time mineiro, de Varginha, se não me engano. Queria dizer que esse tipo de atitude é uma afronta às mulheres, porque são essas práticas que acabam legitimando e naturalizando a violência contra a mulher. Parabéns aos patrocinadores desse clube, já é o quinto que retira o seu apoio a esse absurdo da contratação do goleiro Bruno, assassino de Elisa.

Quero também, Sr. Presidente, porque isso a grande mídia não fala, todo mundo tenta esquecer, mas, hoje, graças a Deus, temos a *internet* e as redes sociais. Amanhã é o dia nacional de manifestação contra a reforma da Previdência Social e contra a reforma trabalhista. Aqui, na nossa capital, temos uma manifestação às 7h da manhã no Iguatemi; às 10h da manhã na Praça das Artes, na UFBA; e às 15h uma grande caminhada no Campo Grande: “Fora Temer, Fica a Aposentadoria.” Esse é o mote, a palavra de ordem que vamos falar amanhã, porque, realmente, não tem cabimento o que o governo golpista e ilegítimo quer patrocinar neste Brasil através das reformas.

Ouvi bem todas as falas dos deputados sendo solidários a essa questão dos municípios que estão sofrendo com a seca, mas sabemos que há um responsável que, hoje, pega o nosso Brasil e leva dessa forma para o caos, concentrando tudo que esse

País produz nas mãos dessa elite egoísta, gananciosa, que, com o apoio da grande mídia, faz hoje o que quer com a cabeça do nosso povo.

Quero pedir a esta Casa, presidente, ex-presidente, que faça uma moção, vamos todos assinar uma moção pela retirada da PEC 287, que trata da reforma da previdência. Quero fazer esse apelo a esta Casa porque é a única saída que nós temos para frear a ganância que hoje está implantada no Palácio do Planalto, em Brasília. Além do terror que eles estão vivendo, com as denúncias e as listas da Lava Jato, do Janot, querem fazer a reforma para prejudicar o povo. Não tem cabimento, ou o povo brasileiro se levanta e vai para as ruas gritar e dizer que não aceita nenhum direito a menos, ou estamos condenados a viver no caos, na miséria, na pobreza.

Este País vai virar realmente uma colônia do capital financeiro estrangeiro, que está aí, de olho, e que quer realmente usufruir de tudo que este País produz. Quero convidar todos a participarem conosco das manifestações, 7h, no Iguatemi; 10h, na Praça das Artes, na UFBA; 15h, no Campo Grande.

Esta Casa também precisa dar uma demonstração de solidariedade ao povo brasileiro, ao trabalhador brasileiro, que está sendo ameaçado de perder direitos que foram conquistados com tanta luta, com tanto sacrifício, há tantos anos.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 4 minutos, o nobre deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. das Galerias, a Bíblia, no Salmo 54, diz: *“Salva-me, ó Deus, pelo teu nome, e faze-me justiça pelo teu poder. Ó Deus, ouve a minha oração, inclina os teus ouvidos às palavras da minha boca”*.

O nosso tempo, do PDT, foi cedido ao mui digno deputado Aderbal Caldas, eu não abuso na tribuna porque às vezes a gente fala, fala, e fica pior. Então, venho aqui uma vez ou outra, e o meu tempo ainda foi cortado, de forma que eu não tenho nem como fazer um pensamento, não dá para dirigir, equilibrar o raciocínio, mas... até porque é um deputado muito importante também que vai fazer uso do outro pedaço do tempo.

Quero, primeiro, parabenizar o povo da Bahia pelo excelente governador que tem, falo do governador Rui Costa. Começamos brigando, inclusive; acho que a gente tinha diferenças, mas ele vem surpreendendo, não só à minha pessoa, mas ao povo da Bahia. Acredito que a Oposição também, os companheiros deputados dignos que defendem os projetos da Oposição, e tantos outros prefeitos que tenho visto por aí têm reconhecido o trabalho valoroso desse governador a quem chamamos de “goverfeito”, porque é um governador que tem carinho em todos os Municípios, independente de qual seja.

Ainda ontem pude assisti-lo em Camaçari, ao lado do prefeito Elinaldo, do DEM, Rui Costa tratou-lhe bem, essa é nossa obrigação, não pessoalizar a política,

respeitar todo mundo e entender que cada um está do lado que acha mais correto, até porque o povo não é bobo, o povo não é besta, ele sabe que quem é governo aqui é quem está do lado do governador, e quem é oposição é quem está contra o governo. Depois que mudam as coisas, é a mesma coisa. Então, sempre haverá governo e oposição, não tem jeito.

A Casa é pautada pelas coisas do governo, afinal de contas o povo elege o governador para realizar, para executar. E se os deputados travarem o governante, travarem o Executivo, o povo baiano é quem será prejudicado.

O metrô, todo mundo sabe que estava parado. Foram 14 anos parado, 14 anos de injustiça, de coisas erradas. E o então chefe da Casa Civil, Rui Costa, assumiu esse papel e em menos de 2, 3 anos, o metrô andou. Ninguém pode mais chamá-lo de calça-curta, até porque a Bahia será o primeiro estado em que o metrô chegará ao aeroporto.

Portanto, tiram foto, como o ministro Imbassahy e o próprio Temer querem tirar. Isso é normal. Quem é que não quer fazer uma *selfie*, tirar retrato de coisa boa. Se o metrô ainda estivesse *à la Imbassahy* é que ninguém queria ir, com medo da Polícia Federal e das lava tudo que estão por aí. Mas como está *à la Rui Corrêria* e todo mundo deve honrar e tirar foto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, precisamos alterar aqui, convidando, agora, o deputado Gika em lugar do deputado Aderbal Caldas, que fica como o próximo.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Gika, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. GIKA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, turma da Galeria, *TV Assembleia* e todos os funcionários desta Casa, estamos aqui hoje vendo vários deputados falarem da seca, da estiagem que ocorre na Bahia. Sabemos que essa é uma questão da própria natureza e a temos tido sempre. Só que neste ano apertou muito mais.

Por isso fizemos ontem uma reunião conjunta de 3 comissões, para fazer com que venhamos a ter uma melhoria na Região do Sisal, na Bahia em geral. Porque vemos que o Sul da Bahia também passou por uma estiagem pequena, e é um lugar em que chove muito. Mas a nossa Região do Semiárido, na questão...

A nossa amiga, a deputada Neusa Cadore, tem a região seca. Temos a deputada Fátima Nunes, o deputado Zé Raimundo... Não, ele está lá no Sul, onde já está chovendo. O deputado Joseildo Ramos já fica em Alagoinhas, onde a chuva é mais ou menos.

Mas vemos muita gente sofrendo, por isso temos que tomar uma posição para dar suporte a esse povo que está sofrendo lá, na sua região. E não é pouco. Estou na Região do Sisal. Temos o amigo, o deputado Tom Araújo, que também é de

Conceição do Coité. Ele vê a situação. Está ali o nosso ex-presidente, deputado Marcelo Nilo, que está sofrendo também na região dele. Não é, deputado Marcelo Nilo? Porque a situação é triste devido à seca.

Então, temos que tomar providências.

Estivemos ontem com os deputados Eduardo Salles, Hildécio Meireles e Fábio Souto para vermos de que forma iremos a Brasília. Porque o nosso governador do Estado, Rui Costa, está atento a esta questão. Mas sabemos que não é fácil, na situação em que se encontra a nossa região, dar conta de tudo. Devemos cobrar aqui do nosso governador Rui Costa, que tem condição de dar uma melhorada, para vermos de que forma vamos satisfazer a essas pessoas lá, na zona rural. Também devemos cobrar ao governo federal, porque ele tem com que fazer vir um recurso bem maior, porque foi cortado o recurso. Não sei como o governo federal está vendo a situação dessa forma, e o povo está no sofrimento.

Temos que estar atentos, todos os deputados. Não é porque é da capital ou da parte do Sul, todos têm que estar engajados nessa luta, vendo a situação do nosso sertanejo, que está tirando dinheiro de sua aposentadoria para dar ração a seus bichos. E está dando milho. Como é que o milho passou de R\$ 18,00, R\$ 20,00, R\$ 22,00 para R\$ 44,00? E assim mesmo ainda é pela metade.

Sr. Presidente, temos que ver essa questão do milho com a Conab, e a questão do plantio da palma, porque a palma forrageira é a única forma de sustentar os animais na época da seca.

O sisal está morrendo. Ele aguenta sol, mas o estamos vendo morrer. Isso é natural, porque é a estiagem, é da natureza.

Mas temos que estar atentos para conseguir amenizar o sofrimento desse povo. Vamos correr atrás das coisas para fazer com que aconteçam para esse povo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falarão o deputado Marcelo Nilo, o deputado Joseildo Ramos e o próprio Aderbal Fulco Caldas, por 4 minutos cada.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Agradeço-lhe.

Com a palavra o nobre deputado Marcelo Nilo, pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. MARCELO NILO:- Obrigado, deputado Aderbal Fulco Caldas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, esta semana mais uma notícia nos deixa chocados e preocupados com o futuro do nosso País.

Imaginem que o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Gilmar Mendes, visitou o presidente Michel Temer e 2 dias depois o primo do ministro foi nomeado diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

São coisas inacreditáveis. Claro que todos sabem da competência do ministro Gilmar Mendes. Acho-o tecnicamente preparado. Mas o presidente do Tribunal Superior Eleitoral será o coordenador, presidirá o julgamento, que todo Brasil espera e acompanha, da chapa Dilma e Temer.

Na realidade, o homem público não precisa ser só honesto, tem que mostrar à sociedade que também é honesto e íntegro, que está acima de qualquer suspeita.

É muita coincidência o advogado primo do ministro que vai, repito, julgar – inclusive, como presidente, pode ter o voto decisivo, de minerva – ser nomeado pelo presidente da República para uma agência do Brasil.

Aliás, na semana passada, ele mesmo informou que caixa dois não é crime. Há 6 meses ele dizia que caixa dois era crime. Ou seja, quando é do PT é crime, quando é de partidos que não sejam aliados ou sejam adversários do PT, aí passa a ser uma tradição no Brasil.

Reconheço que o ministro Gilmar Mendes é um homem tecnicamente competente, também corajoso, diga-se de passagem, deputado Joseildo Ramos, porque muitas vezes ele assume o papel de senador da República, de deputado federal quando faz críticas a processos de que ele é o próprio julgador.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, isso que saiu em todos os sites do Brasil é uma coisa nos surpreende e nos preocupa, porque o ministro do Supremo, da alta corte do País, e todos nós acreditamos na Justiça... Em outros países ninguém sabe nem o nome de ministro do Supremo. No Brasil, qualquer criança sabe o nome dos 11 ministros do Supremo, porque eles passaram a ter visibilidade perante a sociedade, vez que os julgamentos são transmitidos pela própria televisão.

Portanto, Sr. Presidente, estou apenas noticiando uma matéria de vários sites do Brasil, mostrando minha preocupação, nesse momento em que vive o Brasil uma situação atípica, em que o Brasil vive talvez a sua pior crise política e econômica, e o ministro indicou ou tomou conhecimento ou fez de conta que não viu quando seu primo foi nomeado para uma Agência Aquaviária do Brasil, nomeado pelo presidente da República, o homem que entrou pela porta dos fundos, vez que não foi votado pelo povo brasileiro, o Sr. Michel Temer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- O outro Sr. Deputado indicado, com a palavra o nobre deputado representante da cidade de Alagoinhas, Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, ouvi atentamente os debates que ocorreram nesta tribuna, e por muito tempo se falou do metrô da cidade de Salvador, problema sobre paternidade da obra e tal. Não foi uma discussão, na minha opinião, caracterizando essa questão como se deve.

No fundo, no fundo, Salvador estava numa situação que maculava sua imagem porque mais de um bilhão de reais foram gastos em 13, 14 anos, e o metrô não

rodava, não andava. O atual prefeito viu a batata quente no seu colo, de fato é verdade que uma obra dessa magnitude não deve ser tocada pelo governo municipal, e colocou à disposição do governador Jaques Wagner uma obra sem a mínima credibilidade na Bahia como um todo.

É certo que o Ministério Público está levantando uma série de informações sobre o que, naquela época, era considerado um brinquedo, um ferrorama. Era um brinquedo que custou mais de um bilhão de reais. Hoje, com uma nova modelagem, essa obra serve de exemplo para o país como um todo, no seu tempo, com o cronograma correto, sem sobrepreço, e os maiores riscos ficam por conta da empresa concessionária, permissionária da obra.

É muito diferente do que ocorre com as obras do metrô do Rio de Janeiro, de São Paulo. É isso que precisa ser dito, e é uma obra cujo volume de recursos cabe mais, como deveria ser, ao governo federal. Mas é uma obra de Estado, portanto, não compete discutirmos sobre paternidade. Devemos aplaudir o trabalho de Rui, que está sendo conhecido como aquele que está investindo no maior projeto de mobilidade urbana que a Grande Salvador já viu.

O VLT vem aí, as avenidas transversais que vão cortar a península, aproximando o subúrbio da orla atlântica da nossa querida Salvador. É a contemporaneidade de Salvador num projeto de mobilidade jamais visto, jamais pensado. É por isso que o governador correria, está surfando na cabeça do baiano como um bom governador.

Outra coisa importante, secretários, chefes-executivos dos órgãos que cuidam do saneamento, principalmente do abastecimento de água para consumo humano nessa grande estiagem que assola a Bahia. E ficou claro, a Embasa, nesses últimos anos, investiu mais de 7 bilhões de reais. Nunca aconteceu na história. O orçamento desse ano da CERB foi elevado em uma vez e meia, 150%, para poder ir ao encontro daquilo que se precisa para mitigar os graves problemas que estão acontecendo no sertão baiano. Efetivamente, é muito difícil se dar respostas diante da magnitude da seca do jeito que está. Agora não dá para fechar os olhos em relação a tudo que tem sido feito pelo governo estadual nesta gestão reconhecida por todos os baianos aqui na nossa querida Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Leitura de requerimento.

(Lê) *“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia,*

Requeiro, nos termos do art. 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 14 de março de 2017

Deputado Zé Neto”

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, o senhor pode indicar de quem são as assinaturas apostas neste requerimento?

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Está sendo requerido pelo deputado Zé Neto.

O Sr. Targino Machado:- Só por ele?

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Submeto à apreciação do Plenário.

O Sr. Targino Machado:- Se não tem 21, tem que ser votado.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Em votação o presente requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado com os votos contrários dos deputados da Oposição Luciano Ribeiro, Targino Machado e Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Concedo a palavra pelo tempo restante ao nobre deputado Aderbal Fulco Caldas, que fará uma breve homenagem ao Dia do Poeta.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, como hoje é o Dia Nacional da Poesia, não poderia passar em branco. E eu gostaria de recitar nesse momento uma poesia de um poeta muito talentoso que poucos baianos conhecem. Filho da cidade de Lençóis, o poeta Trasíbulo Ferraz. Foi um fato interessante: numa festa de pessoas da alta sociedade ele convidou uma moça para dançar, que era até irmã de um amigo dele. Mas como ele era uma pessoa muito humilde, não se trajava bem, ela o repeliu e disse: “Quem é você? Um plebeu, pobre, me chamar para dançar?”. Ele então fez sinal para a orquestra – que era um hábito da época, um poeta ou alguém fazer sinal para a orquestra para se saudar uma moça que participava da festa – e dirigiu-se a ela e fez a seguinte poesia, de improviso, a qual denominou de A Orgulhosa:

*“Deixa-te disso, criança
Deixa de orgulho, sossega
Olha que o mundo é um oceano
Por onde o acaso navega
Hoje, ostentas nas salas
As tuas pomposas galas
Os teus brasões de rainha
Amanhã, talvez, quem sabe?
Esse teu orgulho se acabe
Seja-te a sorte mesquinha
Ainda há pouco pedi-te
Pedi-te para valsar
Disseste: és pobre, és plebeu
Não me quiseste aceitar*

*No entretanto ignoras
Que aquele a quem tanto adoras...”, que é o namorado que estava próximo,
“(...) Que te conquista e seduz,
Embora seja da 'nata'
É plena figura chata
É fósforo que não dá luz*

*Deixa-te disso, olha bem
A sorte dá, nega e tira
Sangue azul, avós fidalgos
Já neste século é mentira
Todos nós somos iguais
Os grandes, os imortais
Foram plebeus como eu sou
Ouve mais esta lição:
Grande foi Napoleão
Grande foi Victor Hugo*

*Que serve nobre família
Linhagem pura de avós
Se o sangue dos reis é o mesmo
O mesmo que corre em nós?
O que é belo e sempre novo
É ver-se um filho do povo
Saber lutar e subir
De braços dados com a glória
Pra o Pantheon da História
Pra conquista do porvir*

*Agora sim, já é tempo
De te dizer quem sou eu
Um moço de vinte anos...
Que se orgulha em ser plebeu;
Um lutador que não cansa,
Que ainda tem esperança
De ser mais do que hoje é
Lutando pelo direito*

*Pra esmagar o preconceito
Da fidalguia sem fé*

*Por isso quando me falas
Com esse desdém e altivez
Rio-me tanto de ti
Chego a chorar muita vez
Chorar sim, porque calculo
Nada pode haver mais nulo
Mais degradante e sem sal
Do que a mulher presumida
Tola, vaidosa, atrevida
Soberba, inculta e banal”.*

Como ainda há algum tempo eu poderia recitar uma pequena poesia de Castro Alves. E hoje é o dia do seu nascimento. Então recitarei a menor que me lembro: “A Cruz da Estrada”, que se refere à sepultura de um escravo que havia sido morto e enterrado à margem da estrada:

“A Cruz da Estrada

*Caminheiro que passas pela estrada
Seguindo pelo rumo do sertão
Quando vires a cruz abandonada
Deixa-a em paz dormir na solidão*

*Que vale o ramo do alecrim cheiroso
Que lhe atiras nos braços ao passar?
Vais espantar o bando buliçoso
Das borboletas, que lá vão pousar*

*É de um escravo humilde sepultura
Foi-lhe a vida o velar de insônia atroz
Deixa-o dormir no leito de verdura
Que o Senhor dentre as selvas lhe compôs*

Não precisa de ti...

*(...) Dentre os braços da cruz, a parasita
Num abraço de flores, se prendeu
Chora orvalhos a grama, que palpita
Lhe acende o vaga-lume o facho seu*

*Quando, à noite, o silêncio habita as matas
A sepultura fala a sós com Deus
Prende-se a voz na boca das cascatas
E as asas de ouro aos astros lá nos céus... ”*

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Quatorze de março, dia também do nascimento do grande baiano, conquistense, Gláuber Rocha

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Ordem do dia. Há sobre a Mesa o Projeto de Lei nº 22.059, de 2016, de procedência do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.222, de 2 de janeiro de 2015.

O deputado Pablo Barroso pediu vista na sessão anterior pelo prazo de 48 horas.

Em votação o parecer do relator no âmbito das comissões.

Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

Temos quórum no âmbito das Comissões.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar quórum no âmbito das comissões, antes da votação, obviamente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- V.Ex^a será atendido.

O Euclides Fernandes:- O presidente já concordou com a questão de ordem do deputado Adolfo Viana. Então solicito a V.Ex^a a verificação de quorum no âmbito das Comissões.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, quero relembrar ao deputado Adolfo Viana que esse projeto foi colocado nas comissões e foi aprovado nas comissões. Logo depois, quando se colocou no Plenário, é que foi pedido... foi até combinado, foi

aprovado aqui. É só pegar o relatório. Pegue o relatório da sessão passada. Foi aprovado nas comissões aqui, logo depois é que foi colocado para votação no plenário, e o deputado Pablo pediu vistas.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, eu não estava aqui na semana passada, quando esse projeto foi apreciado. Mas, conversando com o Vice-Líder, deputado Luciano Ribeiro, ele me esclareceu que o projeto não foi votado no âmbito das comissões. O deputado Targino garante que não foi votado. Sendo assim, Sr. Presidente, se não foi votado, tem que aceitar a questão de ordem do deputado Luciano e proceder à verificação de quórum no âmbito das comissões.

Era isso que eu queria colocar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Está correto, deputado Leur. O Projeto ainda será votado no âmbito das comissões.

O Sr. Adolfo Viana:- Parabéns, Presidente. Vamos fazer a verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Houve o pedido de vistas na semana passada.

O Sr. Zé Neto:- Pessoal, eu queria dizer uma coisa: nós votamos integralmente um e votamos na comissão, porque foi solicitado quórum de comissão e nós tivemos quórum. Inclusive em um dos casos de comissão... (Deputados se manifestam fora do microfone.) Minha memória não é ruim. Eu não tenho interesse em fazer um movimento que não seja tranquilo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Zé Neto, eu vou suspender a sessão por 5 minutos e pedir que vejam as notas taquigráficas da sessão passada. Se foi votado no âmbito das comissões, foi votado; se não foi, vai se votar hoje. Questão de ordem do deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, eu queria pedir a V.Ex^a que mantivesse a sua decisão, V.Ex^a já acatou a nossa questão de ordem. Se o deputado Zé Neto ouvir um pouco, aí a gente vai conseguir avançar. V.Ex^a deferiu a questão de ordem da Oposição. Eu peço que V.Ex^a consulte...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há uma dúvida. O secretário da Mesa está me informando que esse projeto foi votado, na semana passada, no âmbito das comissões. Para evitar dúvidas, eu vou pedir as notas taquigráficas para ver se houve ou não a votação.

Sessão suspensa por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Declaro reaberta a presente sessão.

Passo a informar aos Srs. Deputados, que revendo as notas taquigráficas, vou ler aqui o parecer do relator até o final do pedido de vista.

(Lê): “O projeto não recebeu emendas, e, considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das sessões, 07 de março de 2017.”

Portanto, nosso parecer é favorável no âmbito das comissões.

O Sr. Pablo Barrozo faz uma questão de ordem: “Sr. Presidente, questão de ordem, gostaria de pedir vistas da matéria.

O presidente Angelo Coronel concede vistas por 48 horas ao deputado Pablo Barrozo e declara encerrada a sessão.”

Ou seja, o projeto não foi votado na semana passada.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, agora, uma vez que o caso foi esclarecido, solicito a V.Ex^a uma verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu queria apenas dizer que em nenhum momento, deputado Adolfo Viana, foi desconfiança, nada disso. É porque tinha como materializar. Eu, realmente, tinha dúvida, e peço a V.Ex^a que compreenda que não foi nenhuma forma de desconfiança ou coisa desse nível. Eu tinha dúvida, realmente, ficou materializado. Quero que V.Ex^a não compreenda isso como uma atitude de desconfiança, apenas de dúvida normal do processo natural.

Sr. Presidente, queria pedir a V.Ex^a que dê o tempo regulamentar de 25 minutos para que possamos convocar os membros das comissões que, neste momento, encontram-se nos corredores, no cafezinho, na biblioteca, enfim, nos diversos setores, para se fazerem presentes, porque os estamos aguardando com muito prazer no Plenário.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente, só por 30 segundos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Com a devida vênica dirigida ao deputado causídico, deputado Zé Neto, quero dizer que in dubio pro reo. Então, na dúvida V.Ex^a deferiu a favor do réu. (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há um pedido de verificação de quórum no âmbito das comissões. Abro a contagem de 15 minutos para que os Srs. Deputados possam comparecer ao Plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, pode fazer a chamada por comissão.

(O Sr. Presidente procede à chamada dos Srs. Deputados no âmbito das comissões.)

(Continua a chamada nominal no âmbito das comissões)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há quórum também na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, queria só tirar uma dúvida: os suplentes de deputados da base do governo podem substituir apenas os deputados da própria base do governo? Eles não podem substituir deputados da Oposição?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Evidentemente.

Em discussão o parecer do relator no âmbito das comissões.

Encerrada a discussão. (Pausa) Em votação.

(O deputado Adolfo Viana pede questão de ordem para verificação de quórum e é vaiado.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, esta presidência está sendo bem condescendente e tranquila para que seja tudo esclarecido nesta tarde

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir o Projeto de Lei nº 22.059/2016, convoco o deputado Targino Machado.

Em permuta, com a palavra o deputado Adolfo Viana.

Deputado Roberto Carlos, V.Exª recebeu falta em todas as comissões de que faz parte. Infelizmente tenho que comunicá-lo que V.Exª será o primeiro deputado que terá o ponto cortado nesta tarde de hoje.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria aproveitar a oportunidade e falar da preocupação com relação aos policiais que passaram a tarde toda aqui pedindo a atenção dos Srs. Parlamentares. É justo que a polícia técnica da Bahia tenha apenas 50% do efetivo que pede a Lei Orgânica? É justo com os baianos? É justo com esses policiais que passaram no concurso, que se preparam e que aguardam a convocação para serem nomeados por parte do governador? Pergunto se é justo, deputado Zé Neto, que o governo do Estado sequer dê uma satisfação para esses policiais?

O Sr. Zé Neto:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Com o aparte o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Deputado, estive até ontem com alguns deles. Está no TCE, existe a intenção do governo de avançar nas contratações, mas depende de orçamento e de realidade fiscal infelizmente. Inclusive, V.Exª tem visto, é testemunha ocular do esforço que foi feito com relação à Polícia Civil. V.Exª inclusive foi um dos que colaboraram junto ao Tribunal de Contas do Estado para que tivéssemos condição, diante das possibilidades, de fazer as contratações necessárias. Estamos empenhados e com estudos sendo realizados para saber até que ponto podemos avançar nas

convocações, lembrando que alguns desses concursos as convocações excederam o número de vagas previsto.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu queria pedir sua atenção, deputado Zé Neto, V. Exa que é o Líder do governo nesta Casa, chamar a atenção de V. Exa porque esse concurso vai vencer em 67 dias. Essa é a nossa preocupação. Daqui a 67 dias, esses concursados, aprovados, futuros policiais, se nomeados fossem, irão perder a condição de servir ao Estado da Bahia. Vejam o tamanho do prejuízo para o Estado. Há uma lei Orgânica que pede um pouco mais de 2 mil funcionários para peritos, mas temos um mil e poucos em exercício. Precisamos de mais do dobro, temos concursados aptos a realizar o curso de formação e ganhar as ruas para ajudar a desvendar crimes neste Estado. Temos um Estado violentíssimo, mas não vemos por parte do governo do Estado uma boa vontade para convocá-los.

Estive hoje com o presidente Angelo Coronel, pedi a ele que desse uma atenção especial ao caso, ele se comprometeu de analisar e procurar dar uma contribuição para que o Estado da Bahia possa se fortalecer no âmbito da Polícia Técnica. Mas o meu sentimento de preocupação, deputado Zé Neto, é porque eu vejo uma base governista, um governo do Estado empurrando com a barriga o assunto, ganhando tempo sem sentar na mesa para, de fato, abraçar o problema e chegarmos a uma solução. O prejuízo será dobrado, porque o concurso foi feito, os concursados aguardam a nomeação, existe uma quantidade grande de perito para se aposentar, então eles ocupariam essas vagas, mas o que é que vai acontecer? Vai vencer o concurso, eles vão perder a condição de serem nomeados e o governo do Estado, em pouco tempo, terá o dever de abrir um novo concurso. Aí, serão mais gastos, mais recursos jogados fora. E Esta Casa legislativa não pode fazer ouvido de mercador.

Srs. Deputados, é lamentável eu estar aqui neste momento tratando de um assunto tão sério, um assunto que diz respeito à segurança pública do nosso Estado, mas, infelizmente, sabemos que para que isso possa andar, evoluir, precisaríamos da boa vontade do Líder do governo, da base governista. E eu, neste momento, vou reafirmar a minha luta em defesa dos concursados, dizer que estarei constantemente, durante esses 67 dias, cobrando essas nomeações e vou provocar, inclusive, o presidente da Comissão da Segurança Pública, o competente deputado Marcelino Galo, para que possamos, no âmbito da comissão, deputada Luíza Maia, V. Exa que também é membro da comissão, levar esse assunto tanto para o secretário da Segurança Pública como para o governador.

A Lei Orgânica pede mais de 2.000 funcionários, a gente tem menos de 1.200. O concurso foi feito, e foi empenhado muitos recursos públicos para que esses jovens pudessem estar aptos. Parece que o governo do Estado não está nem um pouco preocupado se o dinheiro gasto com os concursados da Política Técnica vai para a lata do lixo.

Fico aqui, não usarei todo o meu tempo, fica aqui o meu pedido de atenção especial a esse caso.

E volto a dizer que temos, hoje – não está na propaganda do PT, não está na propaganda do governo do Estado –, um dos estados, senão o mais, mais violentos do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nós, aqui, passamos todo o tempo pedindo que esta Casa abandonasse os regimes de urgência, que eram constantes, para que as comissões técnicas, temáticas passassem a dissecar melhor os projetos oriundos do Executivo, assim como fazemos com os projetos oriundos dos deputados.

E esse projeto que aqui está, embora não esteja em regime de urgência, apresenta-se como tal, porque se deixou transcorrerem todos os prazos que seriam próprios nas comissões e veio direto para o Plenário, onde foi nomeado um relator, e estamos, agora, a discuti-lo, para, então, poder a Bancada governista aprová-lo em sua maioria.

Mas dúvidas surgem, deputado Zé Neto, V.Ex^a que é Líder do Governo, sobre esse projeto. E gostaria, sinceramente, de que a Bancada do Governo viesse esclarecer aqui, porque eu tenho dúvidas sobre esse projeto. E são dúvidas que me parecem bem preocupantes.

Aqui, o presente projeto, quando acrescenta o parágrafo 10, diz: “na hipótese prevista no parágrafo 9º deste artigo, a contribuição aportada pelo patrocinador será devolvida à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo da devolução da contribuição aportada pelo participante.”

Ora, o que entendo disso? Que o governo, ao acabar com a integralidade das pensões aos servidores públicos, criou, como, de fato, já está criada, a possibilidade, e seria opcional, do servidor fazer a opção ao regime complementar. Esse regime complementar, claro, teria que ter o seu patrocinador, que, no caso, é o Estado, que aportaria recursos, assim incentivando essa previdência complementar.

Na hipótese de desistir, de não continuar no plano de previdência complementar lhe serão devolvidos os recursos que aportou ao plano. Mas aquilo que o Estado, como patrocinador, aportou será devolvido aos cofres do Estado.

Penso, e é por isso que, aqui, Líder, deveria haver um esclarecimento maior, que há uma injustiça. Se eu trabalhei, se é um direito meu ao plano, se eu aderi ao plano ou se, agora, como está aqui, sou obrigado a dele participar e posso ter a opção de dele sair a qualquer momento, tenho direito, sim, àquele recurso que foi aportado pelo patrocinador. Se tenho, a redação aqui está errada. A redação do projeto que ora estamos discutindo está errada, porque ela é muito clara: “(...) a contribuição aportada pelo patrocinador será devolvida à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo da

devolução da contribuição aportada pelo participante”. Ou a redação está errada ou o seu esclarecimento está errado.

Confesso que quero apenas um esclarecimento sobre isso. Poderia ser dito: “Mas é em determinadas situações!” Penso eu que, se o plano... E aqui todos os deputados devem ter o AlbaPrev, a circunstância é a mesma, nós aportamos uma parte e o patrocinador outra; eu posso me desvincular no tempo que quiser e terei direito à integralidade do dinheiro depositado naquele fundo. Aqui, como está a se apresentar, em determinada circunstância em que o servidor deixar de participar ele perde o direito àquela verba aportada pelo patrocinador, que será devolvida aos cofres do Estado.

É isso que entendo. E mais uma vez conclamo a Casa, porque quando pedimos que as comissões funcionem, que os projetos passem por elas, é para podermos entendê-los. Como em diversas vezes aqui já contribuímos com projetos do Estado apresentando emendas, apresentando sugestões, muitas delas, inclusive, da minha autoria. Depois de a matéria ser dissecada, depois de ser explicada e entendida, muitas emendas que apresentei a projetos do Executivo foram acatadas, porque a nossa intenção é contribuir, efetivamente. E é isso que quero entender, qual a razão de ser assim?

Ora, se trabalhei, se tenho direito ao fundo, se o fundo foi criado por lei e nele está dito que o patrocinador é o governo do Estado, que depositará naquele fundo a conta da minha previdência, no qual eu também depusitei, eu não posso, sob qualquer hipótese, deixar de receber o aporte que foi feito pelo patrocinador, sob pena de não se fazer justiça.

Se a lei assim for aprovada, se assim esta Casa entender, há, de fato, na minha humilde compreensão, numa leitura rasa – porque não tive tempo para me aprofundar na matéria, já que a tramitação não permitiu –, prejuízo efetivo àquele servidor.

Deputado Zé Neto, se V.Ex^a quiser um aparte para explicar, eu agradeceria muito. Sinceramente, gostaria de ter esse esclarecimento para que pudéssemos, junto com as Lideranças, junto com a Bancada da Minoria, quem sabe, votar favoravelmente. Mas, com essa dúvida, com essa incompreensão no texto dessa lei, com essa possibilidade de prejuízo ao servidor, a Bancada da Minoria certamente marchará unida para votar contra esse projeto, porque, como aqui expliquei, pelo que entendemos, há prejuízo efetivo para o servidor público.

Muito mais ainda porque a partir de então a adesão... Na verdade, já não é mais adesão, é obrigação, ou seja, você ingressou no Estado, você não tem a opção de aderir ou não à Previdência Complementar. Você é obrigado – é isso que se está votando aqui – a participar da Previdência Complementar.

Essas são, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as minhas dúvidas, as minhas indagações. E por isso que aqui estou para discutir, por isso que aqui estou, mais uma vez, para clamar que os projetos passem pelas comissões, não só na Comissão de Constituição e Justiça, mas nas demais comissões, para que ele possa ser dissecado. E mais, penso que projetos como esses que definem a vida do servidor público, eles precisam ter uma divulgação maior, uma compreensão maior.

Ora, vejam bem, nós que somos deputados, temos conhecimento jurídico, estamos a ler a lei e a compreensão não chegou, a plena compreensão do que aqui se pretende não chegou. Qualquer outro argumento que se der à tese de que, em qualquer circunstância, o dinheiro depositado pelo patrocinador no fundo não caberá ao participante, para mim, na minha avaliação, é prejuízo ao servidor.

Poderia se arguir que, muitas vezes, o servidor tentou usar desse expediente para poder lesar o Estado. Que se puna aquele que assim o fizer. E por que não permitir que isso não seja regra obrigatória, que isso seja uma opção ao servidor, como está na lei atual. Por que torná-lo obrigatório? É preciso esclarecer, eu não sei qual o sentido da obrigatoriedade da norma. Não há compreensão com relação a isso.

Portanto, Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu gostaria muito, deputado Zé Neto, Líder do Governo...

A Sr^a Luiza Maia:- (Inaudível).

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Não, deputada Luiza Maia, não chega, não chega. Eu quero só compreender, para, quem sabe, eu votar favorável. E não chega, quando está discutindo, são direitos dos servidores que nós estamos discutindo, quanto mais discutir melhor, quanto mais compreensão melhor, porque ao sairmos daqui nos depararemos com os servidores lá fora, talvez até na nossa própria Casa, e poderemos esclarecer a eles o que aqui votamos. Estou a pedir que me esclareçam, mas nenhum de nós, aqui, compreendemos qual é essa intenção, qual é a razão de aqui estar posto de que os recursos aportados pelo patrocinador, volto a repetir, em determinadas circunstâncias, não pertencem ao servidor, voltem a pertencer aos cofres do Estado.

Não compreendo, gostaria de compreender esses dois pontos do projeto, sua obrigatoriedade e a devolução aos cofres públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir o deputado Alan Sanches.

O Sr. Soldado Prisco:- Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

A Sr^a Neusa Cadore:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem da deputada Neusa Cadore.

A Sr^a Neusa Cadore:- Sr. Presidente, gostaria de solicitar que fosse concedido o tempo regimental e feita a chamada para que os deputados que se encontram aqui na Casa compareçam ao Plenário para dar continuidade à sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Srs. Deputados que se encontram em outras dependências desta Casa, favor comparecerem ao Plenário.

Solicito ao operador que marque o tempo regimental para que os deputados possam retornar ao Plenário.

(Os Srs. Deputados marcam as presenças em Plenário).

(Os Srs. Deputados continuam marcando presença)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Quorum restabelecido.

Para discutir, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Vai haver uma permuta, Sr. Presidente. Targino vai falar agora, e eu vou falar no lugar dele.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Permutado com o deputado Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Targino Machado.

Deputado, um instantinho, sem prejudicar vosso tempo, queria comunicar que o diretor de Informática da Casa, Armando, sagrou-se vencedor das eleições da Assalba, conforme informações que chegam a esta Presidência.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, bom ver este Plenário repleto de deputados, a tribuna repleta de jornalistas. Nas galerias, é que precisávamos ter mais gente a nos assistir, mas isso não depende do cidadão, da cidadã. Depende é do trabalho legislativo desenvolvido nesta Casa, porque, na verdade, se esta Casa tivesse um trabalho mais pujante, mais proveitoso para a sociedade, com certeza nós precisaríamos aumentar as galerias.

Mas, infelizmente, tudo aqui, nesta Casa, continua como dantes na Vila de Abrantes. O Poder Legislativo... O primeiro e o principal dos Poderes é o Legislativo, seguido do Executivo e, por derradeiro, do Judiciário. O Legislativo é o mais antigo dos poderes, nasceu pela necessidade, e olhe que coisa interessante: o parlamento, de fato, nasceu da necessidade que tinham os reis, os ditadores, os césores, de ter os sábios a aconselhá-lo.

Assim nasceu o Poder Legislativo. Em seguida, com a necessidade...

(Vários Srs. Deputados falam, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

Sr. Presidente, há um orador na tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Srs. Deputados Euclides e Marquinho Viana, vamos respeitar, por favor, pois há um orador na tribuna.

O Sr. TARGINO MACHADO:- São atitudes como essas que fazem com que as Galerias fiquem vazias.

Após anos, depois de criado o Parlamento, surgiu a necessidade de um poder para administrar as vilas e as cidades. Criou-se, então, o Poder Executivo. Por derradeiro e por último, surgiu a necessidade de um poder para dirimir as demandas existentes entre os dois poderes já existentes, quais sejam: o Legislativo, o Executivo e os cidadãos. Por isso, foi criado o Poder Judiciário.

Mas o Poder Legislativo não se compenetra, nos dias modernos, da sua responsabilidade. A responsabilidade de ser o primeiro dos Poderes, aquele que tem a

obrigação e o mecanismo de ter o medicamento de primeira linha para estar mais próximo do povo do que qualquer outro Poder.

Infelizmente, o Poder Legislativo tem se distanciado do povo. De que forma? Esta Casa, destacando-a como exemplo, não tem tido produção legislativa ao longo dos anos que justifique a sua existência. Na verdade, esta Casa se transformou em um apêndice. Esta Casa se transformou em uma secretaria de Estado.

Observem, só se vê deputado neste plenário quando há projeto de interesse do governador ou do governo. Aí, todos os deputados vestem a sua beca e vêm dispostos a bater continência, a votar o projeto, aprovando-o.

Lanço um repto: quantos deputados votarão favoravelmente a este projeto só pelo comando de S.Ex^a, o governador? Quantos desses já leram ou conhecem o projeto? Que esses levantem a mão.

É triste a desvalorização do Parlamento pelo próprio Parlamento. Não é com satisfação que falo dessas coisas. Muito pelo contrário. Digo isso porque o meu viés e a minha vocação na política são a de ser legislador, mas digo o legislador que usa o Parlamento para falar, discursar, discutir, além de fiscalizar, para exercer a função legiferante, aquela que é a da construção das leis.

Mas esta Casa não faz lei nenhuma e não faz porque o governador não deixa. Existem projetos de lei a rodo, engavetados nas comissões temáticas.. Mas esses projetos bons que trariam benefícios para a sociedade, para a Bahia e para os baianos. Mas esses projetos não são aprovados e examinados nas comissões temáticas pelo simples fato de que não há interesse do governo em aprová-los. O interesse aqui não é o interesse do povo da Bahia, o povo da Bahia que se exploda. O interesse aqui, nobre deputado Zé Neto, Líder do Governo, é o interesse serviçal, o da continência a S.Ex^a, o governador. Este Poder se apequena, se autodesvaloriza, os deputados aqui mais parecem aquele bicho come-come, que um sai comendo o outro e, quando não acha o outro, come o seu próprio tecido. E os deputados viram isso, o Parlamento vira isso, casa de Noca, casa de comadre, casa de compadre, casa de deputados lagartixas, que só servem para balançar a cabeça dizendo: sim, Sr. Governador.

Seja lá qual for o governador, não me estou referindo ao governador de hoje. Estou aqui desde os idos de 1995, sempre na oposição, e aprendi, deputado Sargento Isidório, que não há nada mais parecido com o governo do que a oposição quando chega ao governo. O governo de hoje é muito mais ortodoxo do que os governos de ontem. Em nome do governo vale tudo, não importa se atira no próprio pé, se contribui para diminuir a autoestima de todos e de cada um.

O povo está-nos assistindo. Esta Casa faz jus à adjetivação que fiz aqui hoje. Até porque solicitei, fiz um requerimento verbal ao presidente desta Casa à época, Marcelo Nilo, para que acabasse com essa onda da *TV Assembleia* só apresentar a imagem do deputado que está na tribuna a discursar. A lente daquela câmera devia rodar para mostrar, desnudar o pouco interesse dos 63 deputados desta Casa pelo solo sagrado que é este plenário. Pedi e quero, hoje, endereçar ao Sr. Presidente Angelo Coronel um pedido verbal. Por que estou aqui na tribuna sucedendo tantos outros que já falaram e a *TV Assembleia* só mostra o orador que está falando? Por que não mostra

o plenário? Esse seria um artifício que V.Ex^a lançaria mão para atrair mais deputados para este plenário. Porque o que estamos vendo, e vemos todo dia, é o deputado que vem prestar serviço ao governo falar 5 minutos e capa o gato, vai embora. Ele aparece naqueles 5 minutos na *TV Assembleia* e dá satisfação as suas bases, que pensa que ele está aqui trabalhando. Mas, não, ele chega em cima da hora e vai embora, casca fora, como dizem na minha cidade. Precisamos mostrar isso, Sr. Presidente, a *TV Assembleia* precisa captar isso. Não foram poucas as vezes que já vim a esta tribuna, e de forma protocolar me dirigi ao Sr. Presidente, às Sr^{as} Deputadas e aos Srs. Deputados, e me referi saudando também às senhoras poltronas vazias, porque é tão difícil nesta Casa fazermos, aqui, desta tribuna, um discurso para mais do que meia dúzia de deputados. Ninguém faz favor aqui, nós, é que precisamos pagar o favor feito pelo povo quando votou no meu discurso, nas ideias que desfilei em praça pública, nos pensamentos que defendi e nas opiniões que defendi, e os eleitores confiaram em mim. Ninguém foi à minha casa me pedir para que eu fosse candidato a deputado. Eu é que fiz um périplo por tantas ruas, tantos becos, tantas vielas, praças e municípios, tantas estradas, tantos quilômetros rodei para convencer os eleitores a votarem em mim. E para quê? Para apequenarmos esta Casa? Precisamos, ouçam, temos aí um projeto do deputado Luciano Ribeiro que visa a uma emenda constitucional, banir para longe um dispositivo constitucional, que diz que os projetos aprovados nesta Casa, de deputados, não podem gerar despesa para o Estado. Esse é o único reduto da imoralidade no Brasil, na Bahia, esse é o reduto derradeiro, é o último rincão que hospeda a malandragem política.

Deputado Luciano Ribeiro, não se canse, não se dobre, não se quede. Insista nessa luta, porque não é possível que o povo esteja pagando, gastando e desembolsando com este parlamento mais de R\$ 500 milhões por ano, mais de meio bilhão, e venham se dizer que os deputados que são os legítimos representantes do povo, numa democracia indireta... não estamos aqui representando nossas vontades ou a vontade do governador. Chegamos aqui com um poder de representação para bem poder representar os nossos eleitores, aqueles que sonharam o meu sonho, o sonho de V.Ex^a como se fosse, também, o sonho deles. E nós estamos contribuindo, deputado Angelo Coronel, somente para aprofundar a desesperança, num momento onde palavra de político vale menos do que uma ponta de cigarro atirada ao chão.

O grande desafio dos políticos no momento é resgatar a dignidade da sua própria classe, e só vamos fazer isso com fidelidade a princípios. Quando a matéria é de direito ou de princípio não se pode transigir. Estamos aqui para defender os direitos da Bahia e dos baianos, não o interesse dos chefes. A Bahia ostenta e hospeda o segundo maior índice nacional de homicídios, de violência. O Estado de São Paulo tem uma população muito maior do que a Bahia, mas lá tem menos homicídios por arma de fogo do que na Bahia. Existem coisas incompreensíveis, existem ignomínias, como disse o ex-governador Mangabeira: “diga-me um absurdo e na Bahia te apontarei um precedente”. A Bahia é assim!

Quando fazia oposição nesta Casa a Antônio Carlos Magalhães, eu dizia que a desgraça da Bahia era o carlismo, e dei os braços a outra cabeça branca, muito mais

lhano, muito mais educado, muito mais civilizado do que Antônio Carlos Magalhães, que era a época o deputado Jaques Wagner, que me enganou, enganou a muitos.

Porque a diferença, pude constatar, entre Antônio Carlos e ele, é que Antônio Carlos Magalhães, no dia de hoje, apontava o dedo contra o cidadão e dizia, vou fazer isso, vou lhe destruir, vou fazer... e soltava os palavrões, mas Antônio Carlos dormia e no outro dia esquecia, mas Jaques Wagner, por ser lhano, urbano e civilizado, ao invés de lhe ameaçar ele lhe abraça, lhe cativa, lhe afaga e no dia seguinte faz toda aquela desgraça que Antônio Carlos Magalhães prometeu e não fez. Esse é o governo do PT, mas a culpa não está só no PT, preciso fazer uma defesa deste partido.

Apeamos o PT do poder, mas poderíamos ter colocado no lugar através de eleições diretas algo diferente, mas o povo brasileiro tem dado azar com a política. Tiramos uns cachorros e botamos outros, mudamos só as coleiras, precisávamos mudar os cachorros.

Será que o presidente Temer, que conviveu no quarto ao lado, sendo sócio e parceiro do presidente Lula, da presidente Dilma, será que ele não sabia de nada?

E agora o que ele vai fazer com o representante da quadrilha, Eliseu Padilha? Que comprovadamente recebeu em casa um pacote com R\$ 6 milhões. E quem entregou foi o parceiro de Temer, Yunes, que foi o aviãozinho, foi mula, será que vai ficar nisso? Será...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para concluir, deputado!

O Sr. TARGINO MACHADO:- (...) Vou concluir, Sr. Presidente!

Será que Temer também não sabia?

Quero concluir, dizendo, Sr. Presidente, creio eu que tudo é farinha do mesmo saco. Precisamos mudar esse Brasil, mas mudar em 180 graus.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Euclides Fernandes:- Questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Agradeço a V.Ex^a a gentileza da concessão da questão de ordem.

Sr. Presidente, está na pauta da sessão de hoje, a votação do veto ao Projeto de Lei, de nossa autoria, nº 15.972, o veto do Sr. Governador. Como está na pauta e travando, inclusive, a votação de outros projetos, eu pediria encarecidamente a V.Ex^a que após a sessão ordinária, como manda o Regimento Interno desta Casa, fosse convocada uma sessão extraordinária para uma análise do veto do Executivo a este Projeto de Lei nº 15.972.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ok, deputado!

Quero registrar a presença nas Galerias, da comitiva de Araci: vereadora Jamile Magalhães da Costa; Valter Andrade de Oliveira; José Augusto Moura de Andrade;

Roberto Souza de Matos; Jerônimo Jesus de Lima; Edneide Santana Pereira e o presidente da Câmara Jeferson Miranda Cardoso Carneiro, sejam bem-vindos! (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir o deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero parabenizar os membros de Araci – uma cidade que frequentei e gostaria de frequentar novamente –, que nos honram com suas presenças nesta Casa. Muito obrigado.

Sr. Presidente, gostaria da atenção de V.Ex^a.

Esta Casa, após a eleição de V.Ex^a, tomou um novo rumo e novas expectativas para nós, só que esta Casa ainda, infelizmente, não está sendo respeitada pelo Executivo. As emendas impositivas desta Casa não são para deputado tentar fazer acordo, pedir, ou se humilhar para o governo do Estado. É lei e tem que ser cumprida.

Gostaria que V.Ex^a cobrasse ao governo do Estado que cumprisse a lei, respeitasse esta Casa e não apenas pagasse aos deputados da Base do governo, ou ficasse nas redes sociais, internet, recebendo ambulância, viaturas, trator...

Enquanto as emendas impositivas deveriam ser respeitadas nesta Casa, porque é lei, este governo se especializou em não cumprir ordem judicial, em não cumprir lei. Mais uma vez trata esta Casa dessa forma, quer que esta Casa fique subserviente ao Executivo. O Parlamento tem que ter independência total e não ficar subserviente ao Executivo.

Então, esta é a reclamação que faço, que esta Casa cobre ao governador. V.Ex^a, como presidente eleito, creio que cobrará que o governo pague as emendas impositivas, porque é lei. Não estamos pedindo nada ao governo, porque a lei está aí para ser cumprida.

Gostaria que V.Ex^a, juntamente com a Bancada e os demais deputados, se respeitem e cobrem um governo para todos, não só para um segmento, e não fique fazendo negociação com essa lei que existe, foi votada nesta Casa e tem que ser respeitada. Muito obrigado.

Estávamos falando da entrega das viaturas que o governo do Estado tem feito à Base dele. Entrega a viatura e mais uma vez vai tirar xérox de policiais, porque as cidades do interior da Bahia e capital também não têm efetivo policial. Têm, no máximo, dois policiais para tomarem conta do interior da Bahia, em cada cidade, quando tem dois.

A farra dos bancos assaltados, no interior, está se tornando algo comum, que não causa mais espanto, nem se fala mais. A última cidade, a de Caetano, por exemplo, foi fechada, sitiada, e os bancos foram assaltados. Qual foi a providência tomada? Nenhuma. Os bancos foram interditados, a cidade ficou sem banco, como a maioria das cidades.

Quem é que paga por isso? A própria população. Se não tem banco na cidade os moradores têm que se deslocar para cidades vizinhas, o comércio perde, toda cidade perde, o trabalhador rural perde com isso, toda economia daquela cidade perde.

Olha o trabalho que tem um aposentado que trabalha na zona rural, que tem dificuldade de ir para a cidade, e lá não tem banco, porque foi explodido, e o governo não tomou nenhuma providência. Nós ficamos discutindo aqui e não tomamos nenhuma providência.

É chegado o momento desta Casa tomar alguma providência em relação a isso. Ontem à noite, na madrugada de ontem para hoje, a Sudic foi arrombada, outro órgão do Estado a ser arrombado, e não foi feito nenhum comentário nesta Casa.

A Segurança Pública anda a mil maravilhas. Vamos entregar viaturas e enganar a população, vamos passar mel nas bocas das pessoas, e a violência aumentando cada vez mais. Aqui, no Centro Administrativo da Bahia, na cara da Secretaria de Segurança Pública, os marginais adentraram de madrugada, arrombaram o cofre e foram embora, em frente à Secretaria de Segurança Pública. Há um mês, de novo, aqui, na cara da Secretaria de Segurança Pública, dois homicídios numa segunda-feira, num show muito importante, em plena luz do dia, às 15h. Não foi um homicídio qualquer. Além de matar, ainda tiveram tempo de tocar fogo nas duas vítimas, tranquilamente, sem pressa nenhuma. E os marginais se afastaram.

Os bairros de Salvador estão vivendo uma verdadeira calamidade. A criminalidade é quem determina se vai haver ônibus circulando ali ou não. Agora foi o bairro de Cajazeiras, onde a criminalidade determinou que nos finais de semana não entrariam ônibus ali. E não entraram. Até quando a população da Bahia vai aceitar isso, e esta Casa ficará omissa, não cobrará do governo essa providência? A violência só tem aumentado.

Vi aqui também o deputado Alex Lima elogiando o governo e colocando o governo Temer como o que está tirando o direito dos trabalhadores. Está tirando, concordo, sim. Sou contra a reforma da Previdência, tenho minha posição declarada em relação a isso. Mas não podemos esquecer que o governador Rui Costa é o pior governador da Bahia para os servidores públicos. É quem mais tem tirado direitos históricos de todos os servidores públicos do Estado da Bahia. E esse mesmo deputado e essa bancada aqui votaram favoravelmente a essa perda de direitos dos trabalhadores e ao aumento do Planserv.

Essa mesma reforma da Previdência que está sendo aprovada lá, vai vir para esta Casa. E eu quero ver esses deputados aqui defenderem que não tiram os direitos dos trabalhadores. Lá é em nível federal, e vai caber aos estados. Já tenho minha posição declarada: sou contra, independentemente de questão partidária. Não sou a favor dessa reforma. Mas quero ver quando chegar nesta Casa. Se vai se repetir o mesmo que está se repetindo: dos trabalhadores perderem os seus direitos, dos servidores públicos serem massacrados por esse governo.

O governo gasta uma fortuna em propaganda, no carnaval sem corda, no carnaval da pipoca, mas não tem dinheiro para dar reajuste ao servidor público. Já estamos indo para o terceiro ano sem reajuste. Para propaganda tem dinheiro para

investir, mas para o servidor público não tem dinheiro. Para a propaganda não falta um real.

Esse é o governo da farsa, da enganação e da mentira; esse é o governo da perseguição ao trabalhador. Aqui está uma vítima perseguida e presa, em pleno Século XXI, passando por um ato ditatorial bancado por esse governo, que mente para toda a sociedade.

Esse é o governo que persegue o servidor, esse é o governo que retira direitos dos trabalhadores. Não venham subir aqui na tribuna da Casa e fazer um discurso bonito, falando do governo federal e esquecerem aqui da Bahia. Todos os direitos, desde que esse governo assumiu, foram vilipendiados, foram retirados dos servidores públicos. E a cada dia esse governo retira mais. Todo projeto que manda para esta Casa é para isso.

Paga o PDP, que é uma verdadeira ilusão, uma enganação para nossa categoria. A Conder, algo criado no governo passado, era um financiamento de imóveis para os servidores que não têm condições de adquirir o seu imóvel. Esse governo suspendeu a Conder de forma abrupta, sem explicação nenhuma. Em janeiro do ano passado, ele disse que no primeiro semestre daquele ano iria voltar a discutir sobre a Conder. Já passamos um ano, já passamos janeiro, e nem se fala mais da Conder.

Esse é o governo que retira todos os direitos dos servidores públicos, esse é o governo que está massacrando a categoria dos servidores públicos. Mas aqui, no passado, muitos falavam que ACM é quem era o carrasco do servidor. Que o servidor que não dava voto, que o servidor não elegia eles. Que era ACM quem retirava o direito dos servidores, massacrava os servidores. E agora, cadê aqueles mesmos que no passado subiam aqui e falavam? Cadê os sindicatos dos servidores públicos, que não estão nesta Casa cobrando, com todas as perdas de direitos?

E querem entregar viatura. É tanta gente para pegar uma chave só para entregar uma viatura a um prefeito que parece que aquela viatura é um troféu para a cidade. Vá ver como está a realidade da segurança pública. Na cidade de Feira de Santana, nosso amigo Targino Machado, a violência chegou a níveis insuportáveis. Os assaltos e os homicídios acontecem à luz do dia, a qualquer hora, a qualquer momento.

Na minha cidade, Santo Antônio de Jesus, no ano retrasado, até maio, tinham tido 20 homicídios. De janeiro a junho já tinham chegado a 32 homicídios apenas com 6 meses do ano.

A violência está alastrada em todo o território da Bahia, e o que a gente vê este governo fazer? Só investir em propaganda, em enganação e nada mais para os nossos servidores.

Então, quem é que retira o direito dos trabalhadores? Quem é que retira o direito dos servidores? É o governo federal? Ah, é só o governo federal que retira os direitos?! É só o governo Temer que faz isso?! Aqui, na Bahia, os servidores públicos estão vivendo a mil maravilhas! Todo mundo sabe o que todo servidor público passa

na Bahia, o aumento que ele deu para o Planserv e não deu no salário. Quem é que paga essa conta? E a culpa é do servidor?!

O governo não investe em qualificação profissional, não investe em material bélico para a Corporação, a Polícia Militar está toda sucateada, as unidades da Polícia Militar estão todas sucateadas, o crime organizado tomando conta da Bahia. Foram 43 homicídios somente em março. Hoje é dia 14 de março, e já tivemos 43 homicídios. Qual é a providência do governo? Lojas saqueadas, bancos assaltados em plena luz do dia, troca de tiros na Paralela hoje, marginal ao chão, e nenhuma providência a ser tomada. Onze policiais já foram assassinados este ano, e qual é a providência do governo? Não vemos nenhuma providência ser tomada, só propaganda e enganação.

É chegada a hora, presidente, da população da Bahia saber dessa “maquiagem”, dessa disputa eleitoral antecipada, querer ser prefeito de Salvador, querer enganar a população com propaganda, enquanto o servidor público que presta serviço à população é massacrado por esse governo.

Então, presidente, essa era a colocação que tinha para fazer. Encerro aqui a minha fala.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir, o deputado José de Arimatéia.

Ausente.

Para discutir, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, serei muito breve, é só para esclarecer. Como sempre, de forma pedagógica, o nobre deputado Luciano Ribeiro levantou algumas questões, e é importante que saibamos exatamente em quem estamos votando.

A primeira coisa, é dizer que, efetivamente, na lei anterior, a 13.222, era facultativa, era opcional. Esta lei coloca que todos os servidores que ingressarem, a partir desta reforma, no serviço público, automaticamente estarão inscritos na previdência complementar, desde que o seu salário esteja acima do teto da Previdência. Ou seja, significa dizer que todos os servidores que entrarem no serviço público, cujos salários não ultrapassarem o teto da Previdência, estarão no regime público, o nosso Funprev.

Está lá: aqueles que ultrapassarem serão inscritos, mas terão o direito de cancelar, sair do regime. Automaticamente eles entrarão e terão até 3 meses para chegar voluntariamente e dizer: eu não quero ficar no regime. E sairá do regime. Suponhamos que ele tenha ficado lá 3 meses, são essas contribuições de 3 meses que naturalmente serão devolvidas a ele, mas sem a contribuição do Estado...

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (...) Pois não. Então, de maneira geral, é uma síntese muito breve que eu gostaria de fazer, a maioria dos servidores, aquele que ganha até o teto, esse servidor estará no regime próprio dos servidores. Como diz o próprio nome, a Previdência Complementar é para além do teto do servidor.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Um aparte, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Com um aparte o nobre deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Nobre deputado Zé Raimundo, V.Ex^a tem essa dura missão de tentar explicar essa proposição, e o faz muito bem, como sempre. Mas hoje já está compreendido que, numa simetria com a Legislação Federal, o servidor público não tem mais aposentadoria integral. Isso já está vigorando.

O que não compreendi é que a partir... Primeiro, tudo que é obrigatório não é bom; deveria haver a opção de fazê-lo ou não. Agora, se sou obrigado a participar, ou mesmo se eu fosse optante, se fosse o caso, não vejo razão para o Estado me retirar esse direito. Porque a partir do primeiro mês que estou... Vamos a uma hipótese: eu depusitei a minha parte, o patrocinador depositou a dele, é um fundo separado que vai ficar lá. E depois de 2 meses, 3 meses eu resolvo me retirar, então não vejo a razão nem o direito de o Estado me retirar isso. Se trabalhei os 3 meses, se participei, eu tenho o direito. E estão me negando esse direito. É com isso que não concordo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Estamos de acordo, já que realmente está previsto nessa lei.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Muito obrigado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, era esse o esclarecimento que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado pelo tempo.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo participante.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir, deputado Sargento Isidório. (Pausa) Ausente. Para discutir, deputado Leur Lomanto. (Pausa) Ausente.

Em votação.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Encerrada a discussão. Para encaminhar, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, na ausência momentânea do nosso Líder, aqui exerço a sua função e quero encaminhar a votação. E não poderia fazê-lo de outra forma: a Bancada da Oposição vai votar contra esse projeto.

Vejam bem, questionamos o fato de não ter passado nas comissões exatamente porque não podemos, aqui no Plenário, ter a compreensão correta e completa do projeto. Vejam que fiz um questionamento, e o deputado Zé Raimundo, que é um parlamentar conhecedor – embora não tenha inscrição na OAB, entende muito da área jurídica –, tentou explicar, mas depois foi convencido de que efetivamente há um

prejuízo ao servidor público, uma incompreensão da lei que não entendo. Por isso a Bancada da Oposição encaminha o voto não a esse projeto de lei.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação o projeto de lei...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar uma verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Já está em votação, deputado. E também tem quórum. Está visível que tem quorum.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação. Eu já tinha anunciado, deputado. Como V.Ex^a é uma pessoa condescendente, sabe que eu já tinha anunciado.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, me dê só 1 minuto para eu argumentar com V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Daria até o dia inteiro para V.Ex^a argumentar, deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, presidente, nós só podemos efetivar uma votação aqui com 32 parlamentares registrando a presença no painel. Eu gostaria que V.Ex^a fizesse uma verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Adolfo, eu gostaria que V.Ex^a retirasse a sua questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, vejo uma base do governo ausente do Plenário. Mas, em deferência a V.Ex^a, vou retirar a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Projeto de Lei nº 22.059/2016. Altera a Lei nº 13.222, de 12 de janeiro de 2015. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com os votos contrários dos membros da Oposição, os deputados Targino Machado, Fábio Souto, Soldado Prisco, Luciano Ribeiro, Marcell, Adolfo, Alan, Leur, Tom, Pedro Tavares, Sidelvan, Luciano, David Rios e Pablo Barrozo.

PROJETO DE LEI Nº 22.059/2016

Altera a Lei nº 13.222, de 12 de janeiro de 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 13.222, de 12 de janeiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte alteração e acréscimos:

“**Art. 1º** -

.....

§ 3º - Os servidores e os membros referidos no § 2º deste artigo, com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, serão automaticamente inscritos no respectivo plano de benefícios a partir da data de entrada em exercício no cargo, desde que tenham ingressado no serviço público a partir do prazo fixado no § 1º deste artigo, ou sejam oriundos do serviço público em outro ente da Federação que tenha instituído o Regime de Previdência Complementar.

.....

§ 8º - Na hipótese da adesão prevista no § 3º deste artigo, fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

§ 9º - Na hipótese do cancelamento previsto no § 8º deste artigo ser requerido no prazo de até 90 (noventa) dias da data da inscrição, fica assegurado o direito à restituição integral das contribuições vertidas, a ser paga em até 60 (sessenta) dias do pedido de cancelamento, corrigidas monetariamente.

§ 10 - Na hipótese prevista no § 9º deste artigo, a contribuição aportada pelo patrocinador será devolvida à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo da devolução da contribuição aportada pelo participante.

§ 11 - O cancelamento da inscrição previsto no § 8º deste artigo não constitui resgate.” (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, a Proposta de Emenda Constitucional nº 144/2015, de autoria do deputado Luciano Ribeiro, não recebeu o parecer no prazo regimental da Comissão de Constituição e Justiça.

Diz o Art. 198 do Regimento Interno: “Se a Comissão de Constituição e Justiça não emitir parecer no prazo regimental, o Presidente da Assembleia designará Relator Especial, com o prazo de 5 (cinco) dias, para esse fim.”

Portanto, para cumprir o disposto no referido Art. 198 do Regimento Interno, designo para relatar a matéria o deputado Joseildo Ramos, pelo prazo de 5 dias.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, queria pedir verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V.Ex^a será atendido.

Gostaria de informar ao deputado Euclides Fernandes que o projeto que foi vetado pelo governador é da autoria dele. E, como as quartas-feiras são os dias em que ficou certo apreciarmos os projetos dos deputados, fica neste caso o veto ao projeto de V.Ex^a para ser apreciado amanhã, se assim o Plenário decidir. Está sobrestando a pauta, inclusive.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.